

revista

# poli

saúde  
educação  
trabalho

Ano X — Nº. 55 — jan./fev. 2018



Mala Direta  
Básica

0012340195/2013-DR/RJ

Flocruz



Ary Miranda resgata  
memórias e faz balanço da  
Reforma Sanitária

**AJUSTE FISCAL**  
Banco Mundial diz  
que o Brasil gasta mal  
e sugere cortes



---

Conheça o

# Poli

---

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

[www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)

Ano X - Nº 55 - jan./fev. 2018

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde ISSN 1983-909X

**Editora**

Cátia Guimarães

**Repórteres**

Ana Paula Evangelista / André Antunes / Cátia Guimarães / Maíra Mathias

**Repórter (Portal EPSJV)**

Katia Machado

**Projeto Gráfico**

José Luiz Fonseca

**Diagramação**

José Luiz Fonseca / Marcelo Paixão / Maycon Gomes

**Capa**

Maycon Gomes

**Produção Fotográfica**

Lívia Rocha / Taisa Machado

**Mala Direta e Distribuição**

Valéria Melo / Tairone Cardoso

**Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos**

Cátia Guimarães

**Comunicação Interna**

Julia Neves / Talita Rodrigues

**Editora Assistente de Publicações**

Gloria Carvalho

**Assistente de Gestão Educacional**

Solange Maria

**Tiragem**

12.000 exemplares

**Periodicidade**

Bimestral

**Gráfica**

Edigráfica

**Conselho Editorial**

Alexandre Moreno / Ana Lúcia Soutto Mayor / Anakeila Stauffer / Andrea de Oliveira / Bianca Borges / Carlos Maurício Barreto / Daniel Groisman / Etelcia Moraes Molinaro / Filipe da Silva Santos / Gilberto Estrela Santiago / Ieda Barbosa / José Orbílio de Souza Abreu / Júlia Barcelos Bittencourt / Leandro Nardaccio / Luciana Maria da Silva Figueirêdo / Marcio Rolo / Marise Nogueira Ramos / Sérgio Ricardo de Oliveira

**PANORAMA**

2

**RADAR DOS TÉCNICOS**

4

**CAPA**

*A gente não quer só comida* 6

*Farinata pouca* 12

**ENTREVISTA**

*Ary Miranda - 'O SUS não é uma conquista apenas do campo da Saúde Coletiva, mas do conjunto da sociedade'* 16

**DESARMAMENTO**

*Mais armas, menos crimes?* 20

**AJUSTE FISCAL**

*Banco Mundial e suas recomendações injustas* 26

**O QUE É, O QUE FAZ**

*Justiça do Trabalho* 31



/epsjvflocruz

Receba a Poli: formulário pelo site [www.epsjv.fiocruz.br/recebaarevista](http://www.epsjv.fiocruz.br/recebaarevista)

**Endereço**

**Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 306**  
Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro CEP.: 21040-360  
Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 [comunicacao@epsjv.fiocruz.br](mailto:comunicacao@epsjv.fiocruz.br)

Assine Nosso Boletim pelo site [www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)



## MPT questiona dados sobre trabalho infantil divulgados pelo IBGE

O Ministério Público do Trabalho (MPT) deve solicitar ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) esclarecimentos sobre mudanças na metodologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua sobre Trabalho Infantil, cujos dados, divulgados no final de novembro, apontaram uma redução – de 2,3 milhões para cerca de 1 milhão – no número de crianças e jovens nessa situação entre 2015 e 2016 no Brasil. Como afirmou a procuradora do Trabalho Patricia Sanfelici em matéria publicada no site do MPT, critérios que antes eram identificados como trabalho infantil deixaram de ser computados nos resultados. Um exemplo são as crianças e jovens que produzem para o próprio consumo. “Elas são as mais vulneráveis. São crianças e adolescentes que estão trabalhando para sobreviver”, questionou a procuradora, que criticou ainda o fato de que a pesquisa não considerou como trabalho infantil os casos de crianças e jovens que realizam afazeres domésticos. Segundo Patrícia, um problema das mudanças é a impossibilidade de se comparar a atual pesquisa com anos anteriores. “É necessário que as mudanças sejam esclarecidas. Se a explicação tivesse sido feita junto com os novos números, se evitaria a conclusão equivocada de que houve a redução”, declarou a procuradora.

Segundo o IBGE, 1,8 milhão de crianças de 5 a 17 anos trabalhavam no Brasil em 2016, sendo que cerca de um milhão estavam, pelos critérios da pesquisa, em situação de trabalho infantil – ou porque tinham de 5 a 13 anos (190 mil pessoas), ou porque, apesar de terem entre 14 e 17 anos, trabalhavam sem o registro em carteira exigido pela legislação brasileira (808 mil pessoas). A Constituição brasileira permite o trabalho a partir dos 16 anos, exceto nos casos de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em que a idade mínima é de 18 anos. A Constituição admite, também, o trabalho a partir dos 14 anos, mas somente na condição de aprendiz.



## Mudanças na Reforma da Previdência

O deputado Arthur Maia (PPS-BA) apresentou no final de novembro um relatório com mudanças no texto da Reforma da Previdência, do qual é relator na Câmara. O objetivo foi “enxugar” a reforma para tentar acelerar sua aprovação. Entre as principais mudanças em relação ao texto anterior estão a retirada dos trabalhadores rurais da reforma e a manutenção do valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC) em um salário mínimo. Um dos pontos mais polêmicos da proposta, no entanto, permanece: a fixação de idade mínima de aposentadoria de 65 anos para homens e 62 para mulheres. A diferença é a exceção feita agora para professores e policiais, cuja idade mínima para aposentadoria foi fixada em 60 anos e 55 anos, respectivamente, sem distinção de gênero. O texto estabelece ainda uma transição de acordo com o regime de aposentadoria e o tempo de serviço. Trabalhadores do setor privado deverão contribuir pelo período mínimo de 15 anos para receber 60% da aposentadoria. Já os servidores públicos terão que completar 25 anos de contribuição para receber 70% do benefício. Para assegurar o valor integral da aposentadoria – cujo limite é o teto do INSS, de R\$ 5.531,31 – os trabalhadores deverão contribuir por 40 anos.

Em entrevista para o Portal EPSJV no final de novembro, a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Denise Gentil destacou que, mesmo com as mudanças, a reforma continua penalizando os trabalhadores mais pobres, principalmente os que começaram a trabalhar cedo e os que vivem em regiões onde as condições de trabalho são mais precárias. Ela lembrou que grande parte das pessoas começa a trabalhar por volta dos 16 anos no país. “Logo, elas terão que trabalhar mesmo depois de ter contribuído por anos até os 65 para se aposentar”, salientou. A professora afirmou ainda que a fixação de uma idade mínima para aposentadoria prejudica especialmente os trabalhadores em

WILSON DIAS / AGÊNCIA BRASIL



Arthur Maia, relator da Reforma da Previdência

regiões onde a expectativa de vida é menor do que a média brasileira, como no Norte e Nordeste. “A probabilidade de uma pessoa do sexo masculino não chegar aos 65 anos nessas duas regiões é de 37,2%. Então tem a possibilidade de a pessoa cumprir o tempo de contribuição, mas não alcançar os 65 anos”, criticou Denise, que chamou de “brutal” e injusta” a reforma proposta pelo governo.



## Saúde mental: mobilização contra retrocessos

Instituições ligadas à saúde mental estão mobilizadas contra uma portaria que pode significar retrocessos para a Reforma Psiquiátrica Brasileira. A Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme), o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) foram algumas das instituições que divulgaram notas de repúdio contra uma proposta apresentada no início de dezembro pelo Ministério da Saúde e aprovada no dia 14 de dezembro pela Comissão Intergestores Tripartite. Segundo elas, a portaria caminha na direção contrária do que diz a lei da Reforma Psiquiátrica, que aponta para um redirecionamento do modelo assistencial em saúde mental no sentido de substituir o atendimento em hospitais psiquiátricos por serviços extra-hospitalares. Entre as alterações da portaria, estão a manutenção de leitos em hospitais psiquiátricos, a ampliação de recursos para comunidades terapêuticas e a limitação na oferta de serviços extra-hospitalares. “É um pacote de medidas que desconstrói a Reforma Psiquiátrica, a proposta de desinstitucionalização e a atenção comunitária”, garantiu Pedro Gabriel Delgado, professor do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em entrevista ao Portal EPSJV às vésperas da aprovação da portaria pela CIT. A portaria autorizou a ampliação da oferta de leitos hospitalares qualificados para a internação de pacientes com quadros mentais agudos. “Na prática, isso significa que autoriza a ampliação de leitos em hospitais psiquiátricos, o que vai contra a Lei 10.216”, afirmou Delgado.

A portaria prevê também a criação da modalidade de Centro de Atenção Psicossocial com funcionamento 24 horas, para o atendimento de usuários de drogas em cena de uso. “Esse serviço servirá como porta de entrada para tratamento em regime fechado”, opinou o professor da UFRJ, que ressaltou ainda que a medida deve significar um aporte da ordem de R\$ 240 milhões para os hospitais psiquiátricos e outros R\$ 270 milhões com as comunidades terapêuticas. “A rede de atenção comunitária está sendo sucateada, realçando um desinteresse do governo neste modelo de atenção à saúde mental. Com essas medidas apresentadas agora, só fica comprovado que o investimento que o governo quer é hospitalocêntrico”, criticou Delgado.



## STF proíbe uso do amianto no país

Em sessão realizada no dia 29 de novembro, os ministros do Supremo Tribunal Federal aprovaram, por sete votos a dois, a proibição da produção, comercialização e uso do amianto no Brasil. Os ministros consideraram inconstitucional um artigo da lei federal 9.055/90 - que regula a exploração mineral no país - que permite a utilização do amianto de forma controlada. O Brasil é o terceiro maior consumidor mundial do amianto, e o quinto maior exportador do produto. A proibição atende a uma reivindicação antiga de organizações da área da saúde, amparada por pareceres como os da Organização Mundial da Saúde (OMS), que consideram o amianto cancerígeno. Estudos científicos produzidos ao longo das últimas décadas têm apontado que suas fibras, quando inaladas, podem causar, entre outras doenças, câncer de pulmão, mesotelioma - tumor que afeta uma membrana que recobre o pulmão -, e a asbestose, que atinge os pulmões causando falta de ar e outros problemas respiratórios mais graves. Estudo publicado em 2014 pela Fiocruz sobre mortalidade por mesotelioma revelou a ocorrência de 3.718 óbitos no período entre 1980-2010 no Brasil.

## PL DAS ATRIBUIÇÕES DE ACS E ACE É APROVADO NA CÂMARA

O projeto de lei 6.437, que estabelece as atribuições dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate a Endemias (ACE), foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados no dia 12 de dezembro. A aprovação da matéria, que segue agora para sanção presidencial, foi comemorada por agentes que ocuparam as galerias do Plenário da Câmara para acompanhar a votação. “Foi uma vitória extraordinária”, celebrou Ilda Angélica, presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate à Endemias (Conacs), em matéria produzida pela Assessoria de Comunicação do Conselho Nacional de Saúde (CNS). “A lei afastou para longe de nós o fantasma da nova Política Nacional de Atenção Básica. Não existe mais o risco de sermos surpreendidos com a extinção de uma dessas profissões”, destacou.

O texto aprovado altera a lei 11.350/2006 e redefine as atribuições dos ACS e ACE, diferenciando atividades privativas, supervisionadas, compartilhadas e integradas. Também estabelece que a partir da publicação



Agentes que ocuparam as galerias da Câmara comemoram a aprovação do projeto

da nova lei, será exigido ensino médio completo para o exercício da função, exceto em localidades onde não haja candidatos suficientes com a formação exigida para o preenchimento das vagas, podendo ser aceitos aqueles com ensino fundamental, desde que concluíam o ensino médio em três anos. Os profissionais que já atuam como agentes e que não tenham concluído o ensino médio poderão permanecer na atividade. Atualmente, a lei 11.350 exige dos agentes o ensino fundamental. O texto também exige um curso de formação inicial de 40 horas, e estipula para os agentes uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, sendo 30 para visitas domiciliares e outras atividades externas e dez horas para atividades de planejamento e avaliação das ações. Foi rejeitada a possibilidade de essa carga horária ser maior em caso de campanha ou de mutirão para combate à transmissão de doenças infecciosas e combate a surtos epidêmicos, como propunha emenda feita pelo Senado. Pelo texto aprovado, será permitido ao agente residir fora da comunidade em que atue caso houver risco à sua integridade física ou a de membro de sua família, ou então se o agente adquirir residência própria fora de seu local de atuação.

## VIGILÂNCIA EM SAÚDE: EPSJV LANÇA MATERIAL DIDÁTICO

A EPSJV/Fiocruz, em parceria com a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Sgtes/Ministério da Saúde), lançou, em outubro, duas publicações que servirão como recurso didático para a formação técnica em Vigilância em Saúde. Produzidas como parte do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para

a Saúde (Profaps), os livros ‘Técnico de Vigilância em Saúde: Contexto e Identidade’ e ‘Técnico de Vigilância em Saúde: Fundamentos’ buscam fornecer estratégias e recursos para qualificar o trabalho e o trabalhador do SUS nessa área. As publicações são um desdobramento do trabalho desenvolvido pela EPSJV na qualificação profissional de trabalhadores de nível médio através do Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde (Proformar). As publicações foram organizadas pelas professoras-pesquisadoras Gracia Gondim e Gladys Miyashiro da EPSJV e pela professora aposentada da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Maria Auxiliadora Córdova Christófar.

## OFICINA SUL ENCERRA CICLO DE ENCONTROS REGIONAIS DA RET-SUS E REDE EPCT

A cidade de Florianópolis recebeu nos dias 7 e 8 de dezembro a Oficina Sul do Encontro Regional da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede EPCT), coordenado pela EPSJV/Fiocruz e com apoio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Sgtes/MS). O evento marcou o encerramento do ciclo de oficinas regionais que aconteceram ao longo do ano com o objetivo de construir ações articuladas entre as redes para o fortalecimento da educação profissional em saúde no país. Também está prevista uma oficina nacional para sistematizar e discutir encaminhamentos a partir do que foi discutido nos encontros regionais, que acontecerá em Brasília no primeiro semestre de 2018, ainda sem data definida.

“A formação e qualificação dos trabalhadores que atuam nos serviços de saúde é um componente decisivo para a efetivação dos princípios e diretrizes do SUS. Nesse sentido, a RET-SUS tem uma importância fundamental”, destacou a diretora da ETSUS Blumenau Cláudia Lange, durante a mesa de abertura do evento. Daiana Crús, professora-pesquisadora da EPSJV/Fiocruz que coordena a articulação entre a RET-SUS e a rede federal EPCT pela instituição, destacou em sua apresentação os objetivos específicos dos encontros regionais. Segundo ela, foram três: identificar ações de educação profissional em saúde desenvolvidas pelas duas redes, em especial as de

formação técnica de nível médio em saúde; desenvolver propostas de articulação entre as redes e de atividades complementares e integradas no âmbito da Educação Profissional em Saúde; e, por fim, auxiliar na elaboração de projetos e parcerias e na formação de redes colaborativas em nível local e regional. Daiana lembrou ainda da importância das oficinas no sentido de garantir o cumprimento de metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê a necessidade de triplicar as matrículas da educação profissional de nível médio até 2024, por meio de estratégias de expansão de matrículas na Rede Federal de EPCT, bem como a interiorização da educação profissional no Brasil.

## EPSJV FORMA TURMAS EM RADIOLOGIA E RADIOTERAPIA

No dia 13 de dezembro a EPSJV/Fiocruz realizou a formatura de duas turmas do Curso Técnico em Radiologia pelo Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Os formandos, ao longo das 2,4 mil horas do curso, cursaram as disciplinas da formação geral do ensino médio e as da formação profissional, organizadas em um currículo único e integrado, no turno da noite, além de outras 400 horas de estágio supervisionado. “O diferencial foi a oportunidade de trabalhar com os conceitos e conhecimentos técnicos na área em concomitância com os

conteúdos abordados no ensino médio. Desta forma, os alunos agregaram mais conhecimento no aspecto geral da formação e puderam compreender melhor os conceitos técnicos trabalhados e entender a importância da formação no processo de trabalho futuro”, afirma o coordenador do curso, Sergio Ricardo de Oliveira, que atualmente ocupa o cargo de vice-diretor de Pesquisa da EPSJV. Segundo ele, a escola é uma das únicas instituições públicas no país a oferecer o curso. “Quase a totalidade dos cursos oferecidos são privados e na maioria deles são realizados em instituições que poderíamos considerar nem serem de ensino,



JULIANA FERREIRA MOTA

pela falta de estrutura pedagógica”, lamenta. Sergio informou ainda que o curso não será mais realizado pelo Proeja, uma vez que a maioria dos alunos que buscava capacitação na área já possuía formação básica. “Isso acabava por gerar um processo de evasão grande logo nos primeiros períodos”, afirma. No segundo semestre de 2016 a EPSJV iniciou uma turma de 30 alunos na modalidade subsequente, com previsão de término em dois anos.

Já no dia 22 de dezembro aconteceu, em Salvador, a formatura simbólica da segunda turma do curso de Especialização Técnica em Radioterapia com Ênfase em Aceleradores Lineares. A data marcou o encerramento das aulas teóricas do curso, uma vez que os alunos deverão ainda completar um período de estágio profissional até fevereiro. Coordenado pela EPSJV, o curso é realizado por meio de cooperação técnica com o Instituto Nacional do Câncer (Inca) e a Sgtes/MS.

# A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA

Entidades e especialistas alertam: a fome pode voltar a ser um dos principais problemas do país

Maíra Mathias

“**S**e o Brasil não conseguir retomar o crescimento econômico, gerar empregos de qualidade e ter um programa de segurança alimentar voltado especificamente para as zonas mais deprimidas, nós podemos, infelizmente, voltar a fazer parte do Mapa da Fome”. A declaração do brasileiro José Graziano, diretor-geral da FAO, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, feita em novembro em entrevista ao UOL, ecoou o alerta feito meses antes por mais de 20 entidades brasileiras da sociedade civil em um documento apresentado em julho na sede da ONU, em Nova Iorque.

O grupo monitora o cumprimento das metas de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, dentre as quais está a erradicação da fome e a diminuição da pobreza. O texto afirma que “o país saiu da rota” com o “enfrentamento equivocados do déficit fiscal” e o “descaso” com questões estruturais como a reforma tributária. Diz ainda que a Emenda Constitucional 95, aprovada no fim de 2016 com o propósito de congelar os gastos sociais por 20 anos no país, aliada às mudanças na legislação trabalhista e à agenda da reforma previdenciária, poderão impedir o acesso aos alimentos pelos mais pobres, agravando o cenário de insegurança alimentar.

“O relatório faz uma advertência. Embora não existam pesquisas oficiais atualizadas mostrando que a fome voltou ao Brasil, os indícios são contundentes. A crise econômica atingiu em cheio a população mais pobre. E a correlação entre pobreza e fome é muito forte”, explica o economista Chico Menezes, pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e da ActionAid, que participou da elaboração do documento. O alerta abriu caminho para que veículos nacionais e estrangeiros fossem às periferias de grandes cidades, constatando que é comum encontrar famílias que não sabem o que vão comer no dia seguinte.

Todos os anos, desde 1990, a FAO mapeia a situação da segurança alimentar da população mundial, fazendo diagnósticos por regiões e países. O Brasil saiu pela primeira vez da lista em 2014. O relatório se apoiou em dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad), que aplica de cinco em cinco anos a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), cujo grau mais extremo é a fome. A última pesquisa, feita em 2013, constatou que o número de pessoas que declarou viver em insegurança alimentar grave tinha chegado a 3,2% – ou 7,2 milhões de habitantes. O número é a metade do resultado obtido dez anos antes (6,5%), quando a Ebia começou a ser aplicada, em 2004. Um país com mais de 5% da população subalimentada entra no Mapa da Fome.

Depois de dez anos, a Ação da Cidadania, que foi responsável nos anos 1990 pela mobilização da sociedade brasileira no enfrentamento do problema, relançou a campanha Natal sem Fome. Procurada pela Poli, a assessoria de imprensa da ONG explicou que a iniciativa se deve ao termômetro dos mais de 250 comitês espalhados por 18 estados brasileiros e à própria mídia. Também pela primeira vez na década, a fome voltou a crescer no mundo: segundo a FAO, 815 milhões de pessoas vivem em insegurança alimentar grave. De acordo com o organismo internacional, a piora se deve a conflitos armados e à crise econômica.

A polêmica da distribuição da farinata, um composto feito com alimentos próximos do vencimento ou fora dos padrões de comercialização, em São Paulo (leia na página 12) colocou de vez os holofotes sobre o tema. Na opinião de especialistas ouvidos pela Poli, o país corre o risco de ser incluído novamente no Mapa da Fome. O diagnóstico parte de números, evidências empíricas e elementos da conjuntura.

## O diagnóstico

Os levantamentos oficiais sobre insegurança alimentar vão até 2015, justamente quando, segundo diversas pesquisas, a crise econômica iniciada no ano anterior começou a atingir em cheio a população. “Trabalhamos com os últimos dados públicos, o que traz uma limitação nesse acompanhamento porque fica defasado no tempo. Mas nos baseamos, de um lado, nas informações da Pnad Contínua do IBGE que mostra que o desemprego está atingindo fortemente as camadas pobres da população, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. E, por outro lado, olhamos para a resposta do governo federal, que está descontinuando justamente aquelas políticas que foram fundamentais para o Brasil sair do Mapa da Fome”, afirma Chico Menezes.

“Desde antirreformas, como a trabalhista, à proposta do orçamento federal para 2018, o ajuste está reverberando nas políticas que tiveram um papel importante para o país sair do Mapa da Fome”, concorda a socióloga Maria Emília Pacheco, assessora nacional da Fase, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, entidade que desde os anos 1970 acompanha o tema. “Não temos dados atualizados, mas se andarmos pelas ruas nas grandes cidades, mesmo nas pequenas, temos uma evidência empírica: mais pessoas estão pedindo comida, pedindo dinheiro. E se olharmos o que está se passando no campo, podemos concluir que a fome está rondando novamente o país”, reforça.

Os últimos dados da Pnad Contínua, divulgados no final de novembro, indicaram que metade dos trabalhadores brasileiros tem renda mensal inferior a um salário mínimo. São 44,5 milhões de pessoas que receberam em 2016, em média, R\$ 747. O Nordeste exibe o pior quadro, com um rendimento mensal médio de apenas R\$ 485, muito abaixo do mínimo, que está em R\$ 937. Só no Sul a renda mensal supera o mínimo (R\$ 949). Em 2015, segundo a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, voltou a crescer o número de famílias com ren-

dimento per capita inferior a 25% do salário mínimo, a chamada pobreza extrema. Isso aconteceu após quatro anos de queda.

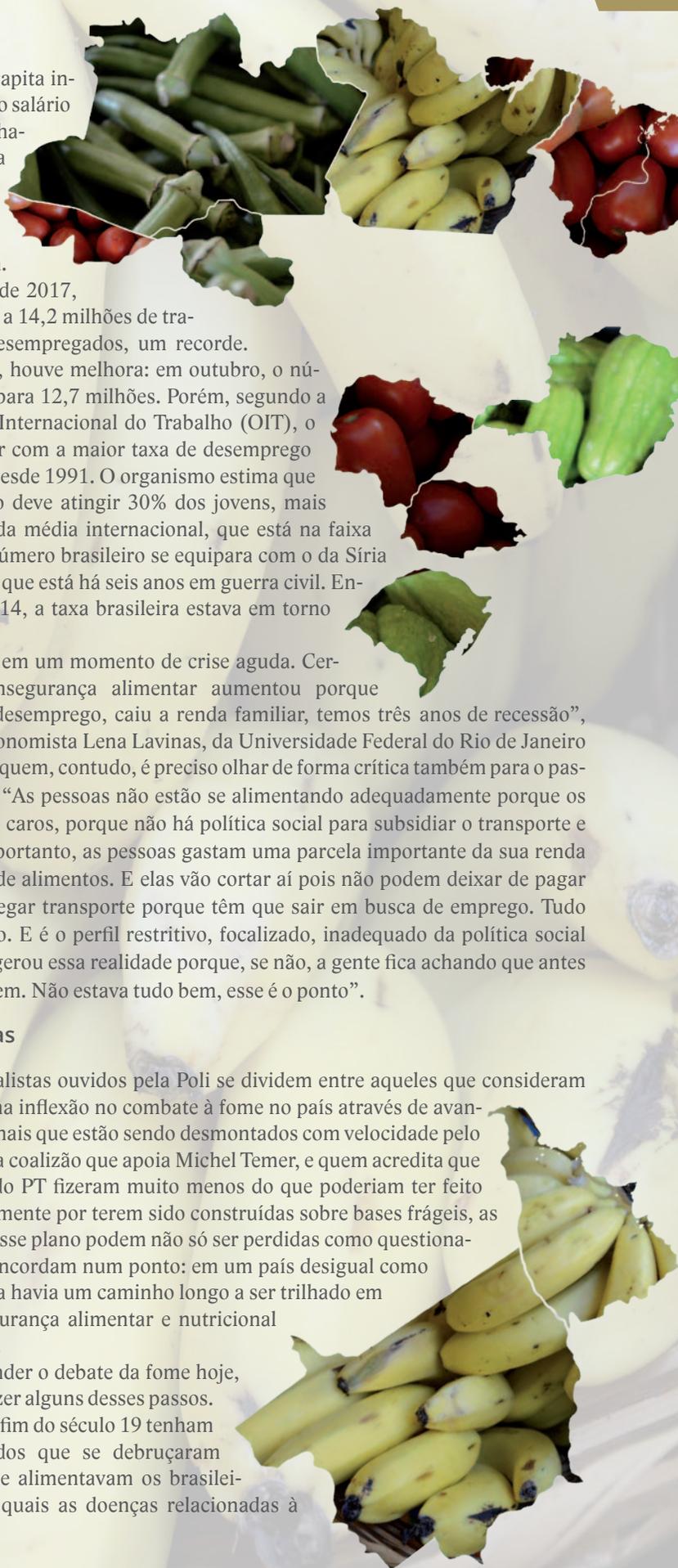
No início de 2017, o país chegou a 14,2 milhões de trabalhadores desempregados, um recorde. De lá para cá, houve melhora: em outubro, o número baixou para 12,7 milhões. Porém, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o ano vai fechar com a maior taxa de desemprego entre jovens desde 1991. O organismo estima que o desemprego deve atingir 30% dos jovens, mais que o dobro da média internacional, que está na faixa dos 13%. O número brasileiro se equipara com o da Síria (30,6%), país que está há seis anos em guerra civil. Entre 2004 e 2014, a taxa brasileira estava em torno dos 16%.

“Estamos em um momento de crise aguda. Certamente a insegurança alimentar aumentou porque aumentou o desemprego, caiu a renda familiar, temos três anos de recessão”, enumera a economista Lena Lavinias, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), para quem, contudo, é preciso olhar de forma crítica também para o passado recente: “As pessoas não estão se alimentando adequadamente porque os alimentos são caros, porque não há política social para subsidiar o transporte e a moradia e, portanto, as pessoas gastam uma parcela importante da sua renda com compra de alimentos. E elas vão cortar aí pois não podem deixar de pagar aluguel, ou pegar transporte porque têm que sair em busca de emprego. Tudo está associado. E é o perfil restritivo, focalizado, inadequado da política social que também gerou essa realidade porque, se não, a gente fica achando que antes estava tudo bem. Não estava tudo bem, esse é o ponto”.

## Idas e vindas

Os especialistas ouvidos pela Poli se dividem entre aqueles que consideram que houve uma inflexão no combate à fome no país através de avanços institucionais que estão sendo desmontados com velocidade pelo governo e pela coalizão que apoia Michel Temer, e quem acredita que os governos do PT fizeram muito menos do que poderiam ter feito – e que, justamente por terem sido construídas sobre bases frágeis, as conquistas nesse plano podem não só ser perdidas como questionadas. Todos concordam num ponto: em um país desigual como o Brasil, ainda havia um caminho longo a ser trilhado em direção à segurança alimentar e nutricional da população.

Para entender o debate da fome hoje, é preciso refazer alguns desses passos. Embora já no fim do século 19 tenham surgido estudos que se debruçaram sobre como se alimentavam os brasileiros pobres e quais as doenças relacionadas à





Criança pega comida em restaurante popular

carestia, o governo federal só começou a endereçar o problema nos anos 1930, sob o embalo internacional – o termo ‘segurança alimentar’ foi criado no contexto das preocupações sobre a soberania dos países geradas pela Primeira Guerra Mundial – e nacional. Isso porque as pesquisas conduzidas por um médico pernambucano chamado Josué de Castro, que viria a presidir a FAO, mostraram que as famílias operárias gastavam muito da sua renda, cerca de 70%, para se alimentar mal e pouco. A dieta, pobre em vitaminas e sais minerais, era uma das grandes responsáveis pela alta mortalidade e baixa expectativa de vida da população. Segundo o pesquisador Francisco Vasconcellos, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a repercussão da descoberta serviu de base para a regulamentação da lei do salário mínimo, instituído por Getúlio Vargas.

Desde então, muitos programas de combate à fome foram criados para, em seguida, serem extintos pelo governo de ocasião. A ação do Estado brasileiro se materializou em ações pontuais e emergenciais. “Temos um passado longo em que se fala no combate à fome. Não podemos nunca esquecer o que representou a luta do Josué de Castro. Mas se a gente for pensar do ponto de vista das políticas públicas, o que predominou na nossa história foram medidas paliativas e assistencialistas”, avalia Maria Emília.

Na leitura de Chico Menezes, não se pode subestimar um fator subjetivo: “Até a década de 1990 havia uma crença generalizada de que a fome era uma fatalidade. Como se o país estivesse condenado para sempre a ter gente passando fome. Embora autores como Josué de Castro advertissem que a fome era o resultado de políticas públicas, ainda persistia a ideia de que não tínhamos como lutar contra isso”. Também no plano ideológico, durante muito tempo prevaleceu, inclusive em organismos internacionais como a FAO, a ideia de que o problema da fome tinha raiz na produção de alimentos. Uma vez que a agricultura desse um salto de produtividade – que, segundo essa lógica, teria de acontecer com o uso de insumos, agrotóxicos, sementes transgênicas, monoculturas, mecanização – a fome no mundo teria fim.

Foi assim que o Brasil chegou aos anos 1990 com uma população de 32 milhões de pessoas passando fome, um número que, na época, equivalia a toda a população da Argentina. A constatação foi feita pelo primeiro estudo amplo feito no país sobre a questão, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 1993, que destacou a contradição: a produção de alimentos do país era “superior às necessidades diárias de calorias e proteínas” dos brasileiros. Logo, o problema não estava na quantidade de alimentos produzidos, mas na sua lógica de

produção e distribuição, assim como na barreira fundamental ao seu acesso: a renda. Novamente, a repercussão fez com que o governo se mobilizasse. Mas, desta vez, o protagonismo foi da sociedade civil, encabeçada pela ONG Ação da Cidadania, criada pelo sociólogo Herbert de Sousa, o Betinho.

“A campanha liderada por Betinho teve uma importância muito grande ao plantar a ideia do direito à alimentação na sociedade brasileira. Mais do que a distribuição de alimentos, que teve uma força grande, ter ajudado a consolidar a compreensão de que a fome não era algo admissível e tinha que ser enfrentada foi o melhor fruto da Ação da Cidadania”, avalia Chico Menezes, que trabalhou com Betinho.

Os desdobramentos dessa mobilização foram a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), onde representantes da sociedade civil começaram a debater com o governo a implementação de um plano nacional para enfrentar a fome e a miséria. Mas, com a passagem do bastão de Itamar Franco para Fernando Henrique Cardoso, a descontinuidade deu novamente as caras: um dos primeiros atos do presidente eleito foi a extinção do Consea. FHC colocou no lugar o programa Comunidade Solidária, tocado por um conselho presidido pela primeira dama do país, Ruth Cardoso.

Contudo, com a adoção do Plano Real e o controle da inflação, começou a surgir um outro tipo de consenso, de que o ajuste na economia faria mais pelo combate à fome do que programas e ações. Ficou famoso o *slogan* de que com R\$ 1 se comprava um frango. Lena Lavinas, que analisou o período de 1994 a 2002 em uma pesquisa nacional também publicada pelo Ipea, conta que o que mais contribuiu para elevar a segurança alimentar no país não foi a melhora nos altos índices de inflação, que teve como consequência a queda dos preços. “O fator determinante foi a elevação do rendimento das famílias”, diz. Mas pondera: “Embora tenha aumentado a acessibilidade aos alimentos, nem por isso as pes-

soas começaram a se alimentar melhor. Não basta olhar a ingestão calórica sem levar em conta o que as pessoas estão comendo”.

Com uma campanha marcada pela promessa de que todo brasileiro faria, no mínimo, três refeições diárias, Lula assume o Planalto em 2003. Segundo Maria Emília Pacheco e Chico Menezes, foi a partir daí que se constituiu um vetor que unificou iniciativas que estavam isoladas. “Até 2002 as medidas são muito fragmentadas. Não havia um projeto de enfrentamento dessa calamidade”, considera o economista, para quem o fato de o combate à fome ter sido declarado como prioridade de governo foi fundamental para que, em pouco tempo, o projeto se transformasse em política e, depois, em direito constitucional, o que aconteceu em 2006 e 2010 respectivamente. Esse arcabouço jurídico e institucional representou um “salto” na avaliação de Maria Emília. “Eu considero que demos passos muito mais arrojados a partir de 2003”, diz. “É muito importante entender que não foram só as políticas, mas a criação de uma base institucional capaz de operá-las”, completa Chico.

Além disso, ele destaca que prevaleceu a ideia de que o enfrentamento à fome deveria ser feito de forma intersetorial. “Não adiantava trabalhar pontualmente de um lado a agricultura, do outro a saúde, de um terceiro a educação. Era preciso estabelecer espaços de troca e de construção de políticas com todos esses setores”. A participação popular também era considerada fundamental para impulsionar e trazer a realidade para a prática dessas políticas, segundo os especialistas, que destacam que a recriação do Consea, em 2003 – do qual ambos foram presidentes – foi chave. Na avaliação deles, a base institucional aliada ao bom momento da economia e às políticas sociais propiciaram a saída do país do Mapa da Fome.

## Mais uma reviravolta

Com o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e a chegada de Michel Temer ao Planalto em meio a uma crise econômica e política sem precedentes, mais reviravoltas aconteceram nessa história cheia de idas e vindas. Uma reforma ministerial extinguiu a pasta do Desenvolvimento Agrário, responsável por vários programas de incentivo à agricultura familiar considerados por entidades e especialistas parte fundamental desse quebra-cabeça do combate à fome. Já o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome perdeu, de forma simbólica, a segunda parte do nome. No Itamaraty, a estrutura responsável pela cooperação internacional do Brasil no tema da segurança alimentar e nutricional foi extinta.

“No Congresso Nacional, ganhou ainda mais fôlego a pauta ruralista da flexibilização da legislação ambiental e sanitária, com a proposta que muda o termo agrotóxico por produtos fitossanitários, por exemplo. É tudo muito encadeado”, observa Maria Emília, que completa: “Na minha avaliação, esse desmonte é muito mais grave do que o que aconteceu na década de 1990 em razão dos passos que nós tínhamos dado”.

Os números das duas versões apresentadas pelo governo federal para o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2018 preocupam os especialistas. Chico Menezes fez as contas e constatou que, em alguns casos, a União reduziu tanto os recursos que algumas ações serão extintas na prática. É o caso do programa Cisternas, voltado para a região do semiárido, que sofreu nas duas versões da proposta orçamentária corte de 92%. “Gera perplexidade porque o semiárido brasileiro vive uma seca que já dura cinco anos”, diz ele, que pondera que embora a meta de construção de 1 milhão de cisternas para abastecimento das casas tenha sido ultrapassada em 200 mil, o programa tinha se direcionado para prover água para a produção de alimentos. “Esse programa acabou de ser premiado pela ONU, em setembro, como a segunda melhor experiência no enfrentamento da escassez de água envolvendo governo e sociedade. E o paradoxo é que este go-

verno, que nada fez pelo programa e, agora, propõe um corte que na prática o liquida, recebeu o prêmio”, observa.

Já o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar; que estava numa situação ainda mais grave na primeira proposta de orçamento – com 99% de corte – escapou do risco de extinção, mas terá de se virar com menos 57% dos recursos previstos para 2017: terá R\$ 5 milhões. Em 2015, o programa recebeu R\$ 33 milhões. “O programa tem uma peculiaridade de, por um lado, fortalecer os agricultores familiares e, por outro, garantir uma alimentação de qualidade para a rede socioassistencial, para as escolas”, afirma Maria Emília.

Olhando para o PAA, a socióloga argumenta que a análise do desmonte dos programas não deve prescindir de um diagnóstico interno do que está sendo executado e o que está sendo cortado. “Não dá para dizer que o PAA está extinto. Mas se mantém uma modalidade, enquanto as demais estão à míngua”, critica. Ela se refere, por exemplo, à modalidade de compra com doação simultânea, voltada para os segmentos mais pobres do campesinato. “A modalidade da compra institucional, que é a venda dos agricultores para unidades do Exército, por exemplo, tem se mantido. Só que os agricultores mais pobres dificilmente conseguem se estruturar para atender a essa demanda que é grande do ponto de vista de quantidade, mas não de variedade”, explica.

## Duas visões sobre o problema

“Parece que estava tudo resolvido nos últimos anos e que tudo se agrava agora. Eu diria que não. Eu diria que houve uma relativa miopia sobre a dimensão da insegurança alimentar que seguiu vigente no Brasil”, argumenta, por sua vez, Lena Lavinas. E completa: “Porque senão parece que tudo está acontecendo neste governo. Claro que as coisas se deterioraram muito agora. Mas a gente não fez o que deveria ter feito para consolidar um sistema de proteção social mais forte, resistente e institucionalizado”.



### Programa de Aquisição de Alimentos

Para ela, o primeiro ponto é que comer continuou custando caro no Brasil e comprometendo uma fração elevada da renda das famílias. Segundo o Dieese, que mensalmente divulga o valor das cestas básicas nas capitais brasileiras, em novembro um trabalhador que receba o salário mínimo comprometeu 42% da sua renda com a cesta básica, que chega a custar R\$ 444,16 em Porto Alegre. “É muito mais caro comer no Brasil do que em outros países porque aqui não há uma política de desoneração completa dos alimentos. Na Inglaterra, nenhum imposto incide sobre nenhum tipo de alimento. Na Alemanha, com exceção de alimentos de luxo, como caviar, também. Na França, os impostos sobre alimentos ficam na faixa dos 7%, enquanto no Brasil esse número é de 20%”, compara Lena, que defende que uma política tributária adequada teria grande impacto na melhoria da segurança alimentar.

Contudo, a economista aponta que nada foi feito nesta direção. Em meio à alta dos preços e pouco antes da explosão de protestos em 2013, o governo Dilma Rousseff anunciou em cadeia nacional de rádio e televisão a retirada dos impostos federais da cesta básica, um impacto de R\$ 5,5 bilhões em receitas, pouco se comparada aos quase R\$ 105 bi concedidos em renúncias a empresas só naquele ano. “Foi absolutamente insuficiente”, taxa Lena, que observa que a maior parte dos impostos que incidem sobre os alimentos são estaduais, como o ICMS.

Pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas divulgada em setembro mostrou que a segunda maior razão de inadimplência, que atinge 54,9 milhões de pessoas, é a compra de alimentos. “A insegurança alimentar não pode ser encarada só da perspectiva da baixa ingestão calórica ou da ingestão de alimentos ruins. Como as pessoas vêm pagando muito mais caro em relação a sua renda para se alimentar, elas vão adquirindo e rolando dívidas para comprar comida”, diz Lena. A maioria dos brasileiros usa o cartão de crédito em supermercados (62%) e farmácias (49%), segundo o levantamento. As compras em supermercados são principalmente de mantimentos. Em 2014, 54% da população brasileira estava com sobrepeso, segundo relatório divulgado pela FAO e pela Organização Pan-Americana de Saú-

de no início de 2017. A obesidade entre adultos chegou a 20%, também em 2014. Um dos fatores, argumenta Lena, tem de novo a ver com o custo de vida no país. Comer implica também gastos com gás. Assim como a gasolina, o preço do gás vem sendo reajustados pela Petrobras. O preço médio do botijão no Rio, por exemplo, chegou a R\$ 73,45 segundo a Agência Nacional de Petróleo. “As famílias, sobretudo as mais pobres, tendem a se alimentar de maneira a gastar menos gás. Optam por alimentos de cozimento rápido, pães e embutidos que têm altas taxas de sódio e conservantes”, descreve, para emendar: “Não adianta falar de volta da fome sem ter entendido antes que, apesar de ter aumentado a acessibilidade alimentar, ao longo dos anos 2000 a gente não enfrentou problemas que se agravaram”.

Embora deem destaque para os avanços do ponto de vista do marco legal e institucional, também para Chico Menezes e Maria Emília Pacheco foi um período de contradições. “É verdade que num processo que houve avanços, houve muitos equívocos também. Nós não conseguimos regular a publi-

cidade de alimentos. O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Não fizemos reforma agrária. Os governos nesse período nunca ofereceram resistência ao agronegócio, pelo contrário. Sua governabilidade dependia da aliança com o agronegócio, até que pouco a pouco esse apoio dos ruralistas foi sendo retirado. Em suma, o que ocorreu em relação à questão da segurança alimentar não é diferente do que ocorreu no país”, afirma Chico, que cita um caso que, na sua avaliação, ilustra a correlação de forças do período.

O exemplo é a aprovação da lei do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). “Havia uma resistência enorme no Congresso em relação a dois pontos da lei: a previsão de que 30% da alimentação escolar seria fornecida pela agricultura familiar e a impossibilidade da terceirização da alimentação escolar. E a aprovação da lei só pôde ocorrer porque abrimos mão da proibição da terceirização”. Mesmo assim, argumenta, o marco legal avançou, por exemplo, recuperando perdas acumuladas por dez anos no valor per capita repassado pela União por aluno e estendendo o direito para o ensino médio. “Eram 45 milhões de alunos por dia se alimentando. Isso significou uma abertura de mercado para a agricultura familiar que, num primeiro momento, nem conseguiu dar conta”.

Em novembro, a notícia de que um menino desmaiou de fome em uma escola do Distrito Federal mostrou que o papel da merenda ainda é relevante na vida de famílias em situação de vulnerabilidade. A criança não tinha, na avaliação do governo do DF, direito a almoço porque estudava no turno da tarde. “O PNAE é parte das razões pelas quais o Brasil conseguiu sair do Mapa da Fome. Se o aluno não dispõe de alimentação na escola, vai haver sacrifício na alimentação para o conjunto da família, principalmente para as mães. Fome para os adultos e também, em muitos casos, fome para as crianças”, diz. E completa: “Acho que hoje precisamos cerrar fileiras de resistência à destruição do pouco que se conseguiu construir”.

Já Maria Emília observa que o país saiu do Mapa da Fome com um percentual alto de insegurança alimentar grave entre indígenas, quilombolas e segmentos da população negra. Para ela, a questão estrutural a ser enfrentada é fazer valer o direito à terra e ao território. “Sem isso, não rompemos com esse ciclo. Os indígenas e quilombolas têm sido impactados fortemente pela expansão do agronegócio, da mineração, de megaprojetos e não tivemos reconhecimento de terras indígenas”, diz, completando: “No caso brasileiro, temos que fazer um recorte de raça. Segmentos da população negra nas cidades também continuaram vivendo situação de fome”.

A socióloga também chama atenção para os chamados ‘desertos alimentares’, locais das cidades em que a população não tem acesso a alimentos de qualidade *in natura*. “A concentração vai da produção ao consumo. Tivemos uma reconfiguração no Brasil com a formação de oligopólios de redes de supermercados. Os pequenos mercados fecharam ou foram comprados por grandes empresas, transformando-se também em lugares onde são vendidos produtos alimentícios processados e ultraprocessados”, explica.

## Quem passa fome hoje?

Mas, afinal de contas, quem são os brasileiros que passam fome hoje? Segundo José Graziano, em entrevista ao UOL, “a cara da fome no Brasil é de uma mulher, de meia idade, com muitas crianças e que vive no meio rural. Em geral, o marido migra e não a leva, resultando em grande parte no abandono da família”. Mas será que esse perfil pode se generalizar? No rastro do relatório da sociedade civil sobre a Agenda 2030, divulgado em julho, e da polêmica da distribuição da farinata, muitos veículos foram às ruas e constataram que não é difícil encontrar famílias em situação de insegurança alimentar grave em metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo. São pessoas que moram nos bolsões de pobreza dessas cidades, em periferias, ocupações ou na rua, e relatam ter visto sua renda despencar com

o desemprego. Muitas reportagens relatam que o corte do benefício do Bolsa Família e das complementações que os estados fazem a essa renda mensal tem agravado o cenário. Pesquisa do Ibase em 2008 apurou que 87% dos beneficiários do Bolsa Família tinham na alimentação o gasto principal com os recursos recebidos.

“A situação anterior era muito generalizada tanto no campo quanto na cidade”, relembra Maria Emília, que vê diferenças entre aquele período e hoje. Tomando como exemplo a região da caatinga, no semiárido nordestino, a pesquisadora afirma que, diferente do que aconteceu no passado, quando estiagens prolongadas provocavam tamanha carestia que os saques a supermercados eram comuns, hoje, embora a seca seja considerada a pior em 100 anos, não se vê mais isso. “A situação dos agricultores antes do programa ‘Um milhão de cisternas’ era muito mais grave”, diz, citando o programa federal que sofrerá um corte de 92% no ano que vem. “As políticas recentes conseguiram dar uma resposta a amplos setores, com algumas exceções. É difícil dizer hoje se predominará mais uma situação de fome no campo ou na cidade. Mas é verdade que nós temos no Brasil um maior número de mulheres chefiando famílias e, se o desemprego e a queda de renda estão chegando a esses lares. As mulheres serão as mais afetadas”.

Mas se não dá para saber ao certo o que virá, alguns cenários inéditos preocupam. É o caso da crise econômica do Rio de Janeiro, onde servidores públicos com salários sistematicamente atrasados enfrentam dificuldades em pagar as contas – e comprar comida. “Camadas médias também estão vivendo um período de privação. É muito grave o quadro brasileiro hoje”, constata Maria Emília. A próxima Pnad que vai medir a Escala Brasileira da Insegurança Alimentar e pode responder se a fome se generalizou ou não, se transformando novamente em um dos grandes problemas nacionais, deve ser feita no ano que vem e divulgada em 2019. ○



A VOLTA DA FOME?

## FARINATA POUCA

O polêmico caso do granulado à base de produtos próximos do vencimento lança luz sobre uma investida patrocinada por setores da Igreja Católica em todo o país

Maíra Mathias

“**E**sse é o alimento para todos. Aqui, você tem alimentos que estariam sendo jogados no lixo e que são reaproveitados com toda a segurança alimentar. São liofilizados e transformados num alimento completo. Em proteína, vitaminas e sais minerais. E a partir deste mês de outubro começa a sua distribuição gradual por várias entidades do terceiro setor. Igrejas, templos, sociedade civil organizada, além da prefeitura de São Paulo, para oferecer às pessoas que têm fome. Em São Paulo inicialmente. E, depois, em todo o Brasil”. O anúncio foi feito pelo prefeito da capital paulista, João Dória (PSDB) no dia 8 de outubro, durante o lançamento do programa ‘Alimento Para Todos’, resultado da sanção da lei 16.704 que institui a Política Municipal de Erradicação da Fome e de Promoção da Função Social dos Alimentos. Era a estreia da farinata, um granulado que seria distribuído a grupos sociais em situação de vulnerabilidade e nas merendas em creches e escolas municipais. Processado a partir de alimentos próximos do vencimento ou fora dos padrões de comercialização, o produto, de composição ignorada, seria o caminho para “erradicar” a fome na maior metrópole brasileira. E no país.

A lei aprovada em São Paulo não é um caso isolado. Segundo levantamento do Conselho Federal de Nutricionistas, projetos praticamente idênticos foram apresentados ao longo de 2017 na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas assembleias legislativas de São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará. Em 12 de setembro, o mesmo texto foi aprovado na Câmara dos Deputados, de onde seguiu para o Senado Federal, onde tramita como PLC 104. Na sequência, em 4 de outubro, o primeiro projeto viraria lei com a chancela da Câmara dos Vereadores de São Paulo. Todos propõem políticas de Erradicação da Fome e de Promoção da Função Social dos Alimentos. Há pouca coisa que diferencie um PL do outro. Além do texto propriamente dito, todos trazem as mesmas justificativas. Não é coincidência: eles têm a mesma origem.

Tão controversa quanto a composição nutricional é a composição política da proposta. “Este é um produto abençoado”, afirmou Dória, segurando um pote transparente adesivado com a imagem de Nossa Senhora no lançamento da farinata. Ao lado do político, estava o arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, que duas semanas mais tarde, começaria a esclarecer o papel da Igreja Católica no projeto.

“Algum tempo atrás eu fui procurado pela senhora Rosana [Perrotti, dona da empresa Plataforma Sinergia] e por mais alguém que a acompanhava, um técnico, que apresentavam uma tecnologia de transformação de alimentos que, ao invés de serem desperdiçados, jogados fora, que fossem colocados à disposição de quem precisa”, disse ele aos jornalistas em uma coletiva de imprensa na Cúria Metropolitana no dia 19 de outubro. E continuou: “Elaborou-se – isso já fazem (sic.) creio que uns quatro anos –, um projeto de lei que teve a participação da PUC de São Paulo, sobretudo da Faculdade de Direito, da Cáritas da Arquidio-

cese de São Paulo, da própria Arquidiocese e da Plataforma Sinergia. E esse PL foi apresentado em várias instâncias”.

Foi assim que, em dezembro de 2013, o PL 6867 foi introduzido no Congresso Nacional pelo deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP), que se licenciou do mandato e, hoje, é secretário de Agricultura e Abastecimento da gestão Geraldo Alckmin (PSDB). “Esse projeto que nós apresentamos aqui não é uma iniciativa do Arnaldo, é muito mais do que isso. É um processo coletivo”, disse o ex-parlamentar, falando na terceira pessoa, no programa Palavra Aberta, da TV Câmara. E continuou: “Eu acabei sendo convidado por Dom Odilo Scherer junto com um grupo de juristas de São Paulo ligados a várias entidades. Está, por exemplo, uma entidade chamada Plataforma Sinergia. E particularmente capitaneada pela Cáritas [organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB] para discutir esse projeto. Eles me apresentaram uma proposta, nossa consultoria aqui da Câmara aprimorou esse projeto e nós estamos apresentando”.

Só que de ‘coletiva’, rebatem os membros de fóruns responsáveis por acompanhar e deliberar sobre o tema da segurança alimentar e nutricional, a iniciativa não tem nada. Em nota de repúdio divulgada em 10 de novembro,

o Conselho Nacional de Saúde afirmou que o PL “não foi discutido em nenhuma instância de controle social de políticas públicas que tratam do tema” como o próprio CNS e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que seriam os espaços “democraticamente legitimados para discutirem os direitos” dos brasileiros à alimentação, “assim como os possíveis impactos de uma proposta tão controversa e prejudicial à população”.

A nota foi aprovada pelo plenário do CNS, no qual a CNBB tem assento. “A Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição pautou no pleno e a moção de repúdio ao programa do Dória e a todos os PLs similares foi aprovada. Nas conversas que tive, seja com a Pastoral seja com a CNBB, não teve nenhuma discordância em relação ao repúdio a essa iniciativa”, conta Paula Johns, diretora-geral da ACT Promoção da Saúde, entidade que integra a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável. “Ficamos surpreendidos com a participação da Igreja no momento do lançamento. A CNBB deveria se pronunciar sobre isso”, opina Chico Menezes, ex-presidente do Consea.

Procurada pela Poli para esclarecer se apoia os PLs apresentados país afora, a CNBB enviou nota afirmando que acompanha com “interesse” a “movimentação realizada

DIVULGAÇÃO / PREFEITURA DE SÃO PAULO



pela arquidiocese de São Paulo, a Pontifícia Universidade de São Paulo e a Plataforma Sinergia”. A posição não é unânime dentro da Igreja. A Cáritas Brasileira, citada por Arnaldo Jardim como proponente do projeto de lei, negou participação em nota enviada à Poli e caracterizou como “inverdade” a afirmação do parlamentar. A entidade, ligada à CNBB, afirmou que historicamente participa do Consea. “É por meio deste órgão que, como representantes da sociedade civil, atuamos”, demarcou a nota assinada em conjunto pelo diretor-executivo da Cáritas, Luiz Cláudio Silva, e pela representante da entidade no Consea, Alessandra Miranda. “Quanto à construção da Plataforma Sinergia e o seu principal produto, a ‘farinata’, não temos informações e nem envolvimento com a idealização, pesquisa e desenvolvimento”, afirmam.

A Arquidiocese de São Paulo também foi procurada, mas não respondeu aos questionamentos da reportagem a tempo do fechamento desta edição. Já a CNBB confirmou sua participação na investida legislativa. “Acompanhamos (...) a discussão a respeito do modelo de projeto de lei que cria uma política de Erradicação da Fome e Promoção da Função Social dos Alimentos. A CNBB estará presente e interessada em iniciativas que busquem promover e defender a grandeza e a dignidade das pessoas”.

Há controvérsias, porém, se a farinata e a proposta por trás dela atendem ao princípio da dignidade humana. Nota do Consea publicada 13 de outubro destaca o avanço representado pelo Guia Alimentar para a População Brasileira, editado pelo Ministério da Saúde em 2014. “O Guia enfatiza que a dimensão cultural e social da alimentação é fundamental para o exercício e expressão da cidadania”, diz a nota, que lembra que a última conferência da área aprovou um manifesto sobre a importância da “comida de verdade”, que além de saudável, não deve estar sujeita “a interesses de mercado”. Mas, tanto pelo método quanto pelo conteúdo, há quem aponte que os PLs têm ‘sinergia’ com os interesses das empresas do setor.

“Sob a justificativa de combater o desperdício, atende fundamentalmente aos interesses da indústria de alimentos. Os projetos de lei elencam um conjunto de medidas de isenção e subsídios para as empresas que transformariam produtos em vias de ultrapassar o prazo de validade nessa razão”, aponta Maria Emília Pacheco, da Fase.

## Meu pirão primeiro

Tanto a lei municipal 16.704/17, que foi apresentada em 2016 pelo vereador Gilberto Natalini (PV) e instituiu a Política Municipal de Erradicação da Fome e de Promoção da Função Social dos Alimentos em São Paulo, quanto os outros PLs, incluindo o que tramita no Congresso Nacional, preveem isenção de impostos para as empresas que doem produtos prestes a vencer.

Os incentivos variam de acordo com o nível de governo. No plano federal, o PLC 104 determina a isenção de IPI. Já a lei aprovada na capital paulista isenta de ISS e IPTU. Todos os PLs preveem incentivos como a concessão de crédito em condições facilitadas ou a criação de programas de financiamento voltados para o desenvolvimento de tecnologias, métodos, processos e equipamentos que se enquadrem na cinzenta categoria de ‘garantia da função social’ dos alimentos.

Depois do texto propriamente dito, os PLs trazem um anexo que justifica a aprovação da lei. Além de números retirados dos relatórios da FAO sobre fome e desperdício de comida no mundo, as referências ‘técnicas’ dos PLs são o Instituto Akatu e a Unilever, terceira maior corporação de alimentos do planeta. Paula Johns explica que o Instituto Akatu é uma espécie de braço social de grandes empre-

sas. “Eles fazem parcerias com Monsanto, Souza Cruz, Unilever, inclusive. Nunca encaram a parte sistêmica do problema. Ficam na questão do comportamento do indivíduo, do consumidor, que vai mudar o mundo”, diz, acrescentando: “Já a Unilever é uma multinacional. Como a Nestlé, e as demais gigantes do setor, atua no sentido de abrir mercados e ampliar margens de lucro, lançando mão de estratégias absolutamente questionáveis do ponto de vista da saúde e da segurança alimentar e nutricional da população”.

Mas a empresa que esteve sob os holofotes durante as semanas em que se desenrolou a crise da farinata é a Plataforma Sinergia, que detém a patente da tecnologia de processamento de produtos fora dos padrões de comercialização e próximos do vencimento. Segundo a prefeitura de São Paulo anunciou, também caberia à Plataforma Sinergia a realização de *workshops* para “conscientização e viabilização de novas parcerias” com empresas. A capacitação contínua dos que atuam em processos, métodos e tecnologias voltados para a garantia da função social dos alimentos faz parte do plano de ação dos PLs.

“O processo de descarte custa 750 bilhões de dólares para a economia global. Nós vamos reduzir esses custos ao operacionalizar a farinata”, disse Rosana Perrotti, na coletiva de imprensa do dia 19 de outubro em que João Dória negou que os dispositivos de isenção fiscal presentes na lei sancionada por ele dias antes seriam usados pela prefeitura. Os custos de produção da farinata, garantiram na ocasião, sairiam do bolso dos empresários – sob o argumento de que seria mais barato fazer a parceria do que arcar com os custos envolvidos na logística de descarte de produtos vencidos. “Vamos colocar tecnologias em cima de carretas, como já fizemos, para poder processar dentro da indústria, do armazém, ou fundo de supermercado. E isso vai ser ban-

cado pela própria empresa, que vai diminuir os custos com logística”, afirmou Rosana. Ninguém esclareceu como aconteceria a fiscalização desse processo – mesmo depois da crise da carne vivida pelo país no início do ano, quando se descobriu que diversas empresas maquilavam os produtos para disfarçar o vencimento. “Vocês estão vendo uma inovação que a gente espera que inspire o Brasil e o mundo. Porém, como vamos conseguir produzir em escala para conseguir colaborar para erradicar a fome? Somente através de uma política pública, somente através de lei”, afirmou a empresária.

“Trata-se da abertura de mercado para um produto esquisito, num contexto político muito difícil. O perverso desses projetos de lei é que eles voltam no tempo. Retiram a responsabilidade do Estado – afinal, as empresas vão ‘doar’, uma outra empresa vai processar e distribuir - e rebaixam a discussão. Uma pessoa desavisada tende a achar muito legal já que o texto diz que vai evitar o desperdício e ainda fazer caridade”, diz Paula, que arremata: “E você ainda consegue deixar os empresários felizes”.

### “Ração gera reação”

Mas o fato é que a opinião pública não comprou a ideia da farinata. Se a reação à distribuição do produto nas cestas básicas distribuídas para famílias atendidas na rede socioassistencial já tinha sido grande, cresceu consideravelmente quando João Dória afirmou, em 19 de outubro, que até o fim do mês a farinata estaria na merenda das creches e escolas municipais. Para completar a polêmica, àquela altura já havia brotado da internet uma gravação de ‘O Aprendiz’, programa apresentado por Dória em 2007, em que o prefeito se dirige de forma irônica a um participante e afirma que “gente humilde, gente pobre, gente miserável” não tem hábito alimentar.

Depois deste anúncio, o Ministério Público do Estado de São Paulo divulgou que abriria investigação contra a prefeitura e a Plataforma Sinergia. Um grupo de artistas chegou a projetar na sede da prefeitura uma imagem em que se lia “ração gera reação”. A gestão Dória, primeiro, caracterizou a repercussão negativa da proposta como “desinformação generalizada promovida por alguns veículos de comunicação”. Mas, como a reação foi mesmo grande, primeiro recuou na intenção de introduzir o granulado na merenda escolar e, depois, abandonou a ideia de oferecer o produto para as populações atendidas na rede socioassistencial. No dia 8 de novembro, a deputada estadual Célia Leão (PSDB-SP) retirou o PL 19/17 da pauta. O texto, que criava a política estadual de Erradicação da Fome e Promoção da Função Social dos Alimentos, estava tramitando em regime de urgência. Contudo, a lei municipal ainda está valendo e os outros PLs continuam tramitando no Congresso e em outras casas legislativas do país. O



# 'O SUS NÃO É UMA CONQUISTA APENAS DO CAMPO DA SAÚDE COLETIVA, MAS DO CONJUNTO DA SOCIEDADE'

Cátia Guimarães

ARQUIVO PESSOAL



## Quais são os antecedentes da 8ª Conferência Nacional de Saúde?

Eu acho que essa discussão tem que remontar ao contexto político, principalmente da luta contra a ditadura e de como isso se insere no campo da Saúde Coletiva, que, a meu ver, é ao mesmo tempo expressão e protagonista desse movimento. Em meados dos anos 1970, a derrota da ditadura nas eleições parlamentares, mesmo com os dois partidos oficializados pela própria ditadura, já foi um indicador de que a resistência da sociedade começava a surtir algum efeito. Acompanhando isso, a fundação do Cebes [Centro Brasileiro de Estudos em Saúde] na segunda metade dos anos 1970 já era um componente do processo de luta particularmente na saúde. Talvez o setor saúde seja um bom exemplo do que foi historicamente o Estado privatista brasileiro. É interessante lembrar que nos anos 1970 a ditadura criou o FAS, um fundo de apoio social, com captação diversa, para financiar a educação, saúde, alguma atividade no interior etc. Na educação, 80% da alocação desse fundo iam para a escola pública, enquanto na saúde, 79% iam para a iniciativa privada. O Estado criou a capacidade instalada no interesse da iniciativa privada, e como o povo não tinha acesso, ele fazia um contrato para que esse setor privado atendesse a população recebendo do Estado. E o que havia estruturado de serviço público de atenção era fundamentalmente para o trabalhador que estava no mercado de trabalho formal.

A greve que acontece no final dos anos 1970, quando o Lula era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, foi vigorosa. A sociedade de uma maneira geral apoiou aquela greve. Já tem um indicativo aí de fortalecimento do movimento sindical bastante grande. E, de uma certa forma, ele acompanha um pouco o que foi o segundo PND [Plano Nacional de Desenvolvimento] do governo [Ernesto] Geisel, um projeto nacionalista que tornou a produção

## ARY MIRANDA

Em setembro deste ano, junto com a Constituição Federal, o Sistema Único de Saúde (SUS) completa três décadas de existência. Com esta entrevista, a Poli dá início a uma série comemorativa, que pretende resgatar a memória e, ao mesmo tempo, produzir um balanço dessa experiência, com suas vitórias, contradições e derrotas.

Afinal, que mobilização social foi aquela que colocou a saúde no centro do debate e possibilitou a criação de um sistema universal? Por que esse fervor social não foi capaz de promover mudanças mais estruturantes? Como se explicam a desmobilização das décadas seguintes e as derrotas sucessivas que os princípios da Reforma Sanitária vêm sofrendo? Essas são algumas das perguntas que o professor e pesquisador Ary Miranda, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz), arrisca responder nesta entrevista. Membro do Comitê Assessor da 8ª Conferência Nacional de Saúde, que se tornou um marco da luta pelo SUS, ele defende que o elemento fundamental desse processo foi a maior ou menor capacidade de mobilização da sociedade civil. E é no campo da economia política que ele vai buscar as determinações que ajudam a explicar as derrotas posteriores.

industrial brasileira responsável por 32% do PIB [Produto Interno Bruto]. Isso traz mais trabalhadores ao mercado, mais pessoas se sindicalizando, mais força do movimento sindical dentro da contradição do próprio capitalismo. E mais capacidade política de luta. Tanto que nos anos 1980 nós tivemos a maior taxa de sindicalização da história do Brasil: em torno de 33%. Hoje nós estamos com 14%.

A gente entra nos anos 1980 num vigor de luta política: a anistia já tinha sido conseguida no final dos anos 1970, o prosseguimento dessa luta e as eleições diretas para o governo de estado em 1982 tinham acontecido, houve a primeira reforma partidária, ainda que incompleta... E isso tudo no mesmo processo político em que a luta pela construção de outro sistema de saúde também se colocava na agenda. Havia uma sociedade civil que se revigorava com esses movimentos organizados. É nesse contexto histórico que precisamos pensar a luta pela Reforma Sanitária.

**Mas naquele momento de ascenso das organizações sociais, outros movimentos, como os de educação e moradia, poderiam ter ganhado centralidade. Por que saúde?**

O fato de haver um grupo de pessoas que formulou uma proposta é muito importante. E, de uma certa forma, a discussão da determinação social da saúde a partir das condições de trabalho, das condições de moradia, de transporte, de salário, de democracia, de lazer colocou a questão da saúde para além do sistema de saúde.

**Conta um pouco como isso se deu na prática?**

Foi um processo complexo. O [Sérgio] Arouca foi nomeado presidente da Fiocruz através de um grande movimento interno, mas a partir de um movimento nacional enorme. O Carlos Santana, que era ministro da saúde, foi ao [então presidente José] Sarney e disse: “vou nomear um comunista presidente da Fiocruz”. Aquele contexto permitiu isso. Por outro lado, o Carlos Santana, apesar de ser um conservador liberal, era casado com a Fabíola [Nunes], uma mulher militante da Reforma Sanitária. São coisas interessantes: parece que a política não traz esses componentes, mas traz.

Aí veio a ideia da 8ª Conferência. Queríamos fazer uma conferência que chamasse o conjunto da sociedade para discutir que sistema de saúde a gente queria. Mas como? Quem era essa sociedade civil organizada? Nós também não tínhamos ideia sobre isso. Discutimos que metade dos delegados viria da sociedade civil organizada e a outra metade do Estado. Um detalhe importante foi ter colocado numa novela da Globo, na voz de um padre, um chamamento para que o conjunto da sociedade participasse da 8ª Conferência. A gente começou a ser procurado por movimentos sociais. A gente também procurou movimento sindical, os movimentos das categorias profissionais de saúde, conselhos regionais e federal de diversas categorias, associações de moradores que, direta ou indiretamente, já tinham a saúde na sua agenda, o movimento sindical rural...

**A saúde foi a válvula de escape daquela mobilização represada?**

Era um componente do processo. A bandeira fundamental em 1985 era a luta pela Constituinte e pelas eleições diretas. No escopo dessa luta tinha o componente da saúde, mas ela estava inserida nessa luta global. O SUS não é apenas uma conquista do campo da Saúde Coletiva que teve oportunidade de participar naquele momento, nem dos parlamentares, mas do conjunto da sociedade.

**E como essa mobilização se expressou na 8ª Conferência?**

Foram 3, 4 mil delegados. Mas mais de 500 pessoas chegaram a Brasília espontaneamente, porque queriam participar. Nós tivemos que fazer uma reunião num ginásio para discutir como seria a participação dessas pessoas que vieram de tudo que é lugar do Brasil. Não podíamos passar por cima dos delegados eleitos. Então negociamos uma representação deles com direito a voto, combinamos direito a voz.

Quando a gente foi para a discussão, a Conferência sistematizou fundamentalmente o que foi colocado depois no texto constitucional. Quando teve a eleição e o Collor assumiu, a lei orgânica 8.080 foi colocada, detalhando mais o que estava no texto constitucional. E ele vetou alguns artigos muito importantes como, por exemplo, a existência do controle social, as Conferências de saúde e a transferência do Inamps para o Ministério da Saúde. Eram vetos que desfiguravam elementos fundamentais do sistema que nós defendemos. Na semana seguinte, o Conasems [Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde] soltou 100 mil exemplares de um jornal criticando duramente os vetos. Foi uma mobilização enorme. A pressão fez com que fosse recolocado para o Congresso Nacional um outro projeto de lei, o 8.142, recompondo aquilo que o Collor tinha vetado. É impensável isso! Veja como o vigor daquele movimento, de uma certa forma, conseguiu assegurar um sistema universal que tivesse característica de participação popular, descentralizado... Mas começamos a perder nos próprios anos 1990. Ficamos com um sistema universal que não tinha financiamento compatível com a sua universalidade.

**Ninguém discorda da importância do desfinanciamento do SUS. Mas você destacou muito a importância do caldo de cultura e mobilização na sociedade como componente fundamental para o êxito da Reforma Sanitária. Você está me dizendo que já depois da eleição do Collor esse caldo ainda se manteve um pouco...**

Não era o mesmo caldo. Em 1979 tem a eleição da Margareth Thatcher na Inglaterra e do Reagan, nos EUA, em 1980. Eles inauguram todo o lastro neoliberal. Depois, em 1989, o Consenso de Washington estabelece uma receita com dez pontos a serem implementados por todos os países na órbita do imperialismo. É preciso compreender o que nós



fomos perdendo a partir também da modificação na estrutura da sociedade. Cabe destacar que o neoliberalismo foi o instrumento político de sustentação das novas formas de exploração do trabalho e acumulação de capital, que teve num de seus pilares a fragilização orgânica dos trabalhadores, com efeitos importantes em suas lutas políticas. A saúde, claro, é parte desse contexto.

**Mas como é que esse contexto de cultura e mobilização tão rico que você descreveu, no contexto como o de 1989, elege Fernando Collor de Mello?**

Ah, havia essa mobilização toda mas não existia ainda no Brasil uma estrutura capaz de assegurar uma candidatura de centro-esquerda, vamos dizer assim, que se anunciava pelo Lula. A nossa dívida social é brutal: um país com 400 anos de escravatura, que nunca fez reforma agrária, que viveu golpes e mais golpes... Temos que pensar nessa perspectiva histórica. O que aconteceu nos anos 1980 foi um furor, mas não foi suficiente para assegurar estruturalmente guinadas importantes.

**Com o fim da ditadura, a base que deu sustentação ao movimento sanitário se dividiu?**

Depois, no processo, ela vai se dividindo. Mas a minha questão central é outra. As pessoas dizem, por exemplo, que “o PT se aburguesou nos seus métodos”. É verdade, se tornou um partido elitista, renunciou ao que foi no início dos anos 1980. Mas a questão é o que aconteceu com a sociedade que permitiu que isso acontecesse. Houve uma fragilização orgânica da sociedade, influenciada por elementos estruturantes importantes da lógica da economia política.

**Como isso atingiu mais especificamente o movimento sanitário?**

Da mesma maneira que esse SUS de que nós estamos falando foi construído por esse movimento geral, ele se fragiliza pelo efeito desse movimento geral que acontece na era neoliberal. O movimento da Saúde Coletiva não é suficiente para sustentar nada. E a gente começa a perder. O financiamento é um componente central: não há sistema universal de saúde sem financiamento compatível. Nenhum governo assumiu o compromisso de dar um passo adiante no sentido de garantir a universalidade do sistema. Não estou reduzindo tudo ao financiamento, há muitos componentes: a questão da equidade, da humanização, tudo isso. Mas sem financiamento, você não assegura sistema de saúde universal nunca. Nós perdemos.

**Mas tão concreto quanto a questão do financiamento é a luta pelo fundo público. E esse era, já naquela época, um embate dentro do próprio movimento sanitário, com um grupo que defendia um sistema completamente estatal, sem abrir brecha para a iniciativa privada disputar esse fundo, e outro que achava que a correlação de forças não permitia isso. Trinta anos depois, ao reconhecer a falta de financiamento como um nó central, eu pergunto: as opções tomadas naquele momento estavam erradas?**

Olha, na época nós não tínhamos muita convicção disso não, juro. A polêmica era sobre radicalizar, propor um sistema único universal público, saúde como direito de todos e dever do Estado, sem espaço para a iniciativa privada no sistema. A discussão era a seguinte: a gente teria força para isso? Não pareceria uma proposta esquerdista incompatível com a realidade? Tudo isso foi ponderado. Se você me perguntar: havia convicção dos dois lados com relação ao que fazer? Eu vou responder que não. O que saiu foi que a iniciativa privada entraria como uma forma suplementar ao sistema. Isso é uma ingenuidade, mas e se não tivéssemos colocado? Eu estou perguntando, pensando alto. Não era uma discussão de princípio,

mas de correlação de força política. Se você me perguntar hoje: foi errado? Se pudesse voltar, o que você faria? Confesso a você que continuo não sabendo, talvez pudesse radicalizar.

**Há quem ressalte como um problema o fato de o movimento sanitário ter sofrido um processo de institucionalização, de aposta na ocupação de cargos no aparelho do Estado...**

Mas depois a gente tem uma regressão disso. O Arouca saiu da presidência da Fiocruz, foi se candidatar a vice-presidente da República, o Hésio Cordeiro saiu do Inamps. Mais recentemente, nós tivemos vários ministros da saúde comprometidos com esse processo da reforma, no entanto, avançamos muito pouco.

**A que ministros você se refere?**

Teve o [José Gomes] Temporão. O Humberto Costa, não se pode dizer que não era. O próprio Saraiva Felipe foi um cara que nasceu junto conosco. Como deputado do PMDB, tem sido bastante criticado, mas quando assumiu o Ministério, o compromisso dele foi ancorado na luta da Reforma Sanitária. Outro cara que fez um movimento vigoroso nessa direção foi o próprio [Adib] Jatene, que lutou pela criação da CPMF. Você não pode dizer que não teve ministros que não tinham esse compromisso. Mas não avançava. Porque na política estratégica do governo federal isso não estava colocado na agenda. Quem derrotou a Emenda 29? Ela nunca foi aprovada como formulada, nem nos governo Lula e Dilma. A gente discutia isso à beça, nas reuniões do Cebes, da Abrasco [Associação Brasileira de Saúde Coletiva]: “vamos avançar, tem agora um companheiro no Ministério da Saúde”. E daí?

**Mas o que aconteceu com os atores coletivos do movimento sanitário, que foram tão importantes 30 anos atrás?**

Os atores coletivos do campo da Saúde Coletiva mantiveram um certo vigor. Abrasco, por exemplo, teve um

crescimento. Seus congressos, embora tenham temáticas ainda muito limitadas ao campo da saúde *stricto sensu*, mantêm um certo vigor. As conferências de saúde são sempre um evento importante. Mas a gente tem que olhar o lastro disso, volto a insistir. A CUT [Central Única dos Trabalhadores] no final dos anos 1980 organizou um Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador para pensar, apoiar, desenvolver pesquisa, dar organicidade à luta dos trabalhadores na saúde. A saúde era um componente da agenda do movimento operário organizado. Hoje o movimento está preso fundamentalmente à manutenção do emprego e à defesa do salário. A taxa de sindicalização caiu a menos da metade. Também é verdade que vários companheiros da minha geração já se aposentaram, outros tomaram outros caminhos, mas isso não acontece só com a saúde. Veja quantas pessoas que estavam naquele processo da luta contra a ditadura, alinhadas na construção de uma outra sociedade, se transformaram em liberais conservadores. Isso não é um fenômeno da saúde, é um fenômeno da nossa sociedade.

**Você disse que o campo da Saúde Coletiva manteve algum vigor. Mas não houve um processo de afastamento desse movimento em relação às massas?**

Esse movimento nunca esteve articulado com as bases. A verdade é essa. O nosso processo de produção do conhecimento, nossos cursos, as atividades políticas do campo da saúde que foram se estruturando nesse processo, não tiveram capilarização sistemática com os demais movimentos sociais...

**Mas nem naquela época, 30 anos atrás? E como se produziu o movimento de massa associado, por exemplo, à 8ª Conferência?**

Não tinha. É que você está considerando o movimento de massa independentemente da saúde. A Saúde Coletiva foi junto nesse processo. Hoje a gente discute que a ciência tem que estar vinculada com a sociedade, fala-se em ciência cidadã. Isso é um fenômeno recente. As universidades, a produção de conhecimento foram sempre ensimesmadas nos seus muros, nunca tiveram um pé maior nos movimentos sociais. Não é uma coisa que estamos perdendo, porque nunca ganhamos. O movimento da saúde que estou associando aos anos 1970, como linha de corte, não tinha capilarização no movimento social nem no conjunto da sociedade, de forma sistemática. É verdade que o Cebes quando se instituiu, desenvolveu alguns projetos de pesquisa que começaram a fazer isso, mas era muito residual. Uma coisa foi o vigor da sociedade civil dos anos 1980, final dos anos 1970, e como a Saúde Coletiva trabalhou junto com isso na construção de um projeto. Outra coisa é uma relação sistemática da Saúde Coletiva com os movimentos sociais. Isso não existia, ou era residual.

**Apesar da sua importância, a 8ª Conferência é associada também a um racha do MOPS [Movimento Popular em Saúde] com o resto do movimento sanitário. Como é que foi isso?**

É porque, como eu disse, nunca houve essa relação sistemática. É claro que quando você vai avançando em algumas coisas, as diferenças também aparecem. A gente chamava o movimento de Partido Sanitário, porque reunia uma frente suprapartidária que definiu o caráter orgânico da reforma sanitária. E quando você vai avançando nesses processos, alguns vão ficando pelo caminho. Depois veio a reforma partidária e um grupo de pessoas ficou, por exemplo, dentro no PSDB, um partido de configuração liberal, social democrata. Tem gente que até hoje está no PMDB.

**Arouca falava da reforma sanitária como um projeto civilizatório, o que significa pensar saúde como uma luta muito mais do que setorial que, no limite, poderia ser compreendida como indo**

**na direção da superação do capitalismo. Como era isso num momento de grandes contradições em relação à experiências do socialismo real?**

Isso não estava posto. A luta fundamental era pela superação da ditadura, pela construção de uma sociedade democrática no limite da ordem do capital. Nós estávamos discutindo formas de trabalhar uma contradição por dentro do Estado e, minimamente, assegurar direito social. Agora, na discussão você permite fazer um questionamento dessas contradições. Quando se traz, por exemplo, a discussão do conceito ampliado de saúde, traz a contradição da saúde com relação ao trabalho, a exploração do trabalho, a exclusão social... Agora, o socialismo era colocado ali como um componente explícito desse processo? Não, não era.

**Trinta anos depois, qual a lembrança mais importante desse processo?**

A construção da 8ª. Para mim, foi um vigor de articulação com os movimentos sociais enorme.

**Se voltasse 30 anos atrás e tivesse que propor um sistema de saúde para o Brasil, você faria o mesmo desenho do SUS?**

Claro que o modelo tem que se repensar tudo à luz da realidade. Não tenho como te responder isso. Mas a construção lógica do sistema, de primeiro universalizar, é uma conquista importantíssima. Qualquer sistema socialista ou democrata tem que ter isso. Você faz um questionamento histórico importante ao Estado privatista brasileiro e isso não é pouca coisa. Então, se pensar do ponto de vista da construção lógica, numa perspectiva da cidadania, acho que é uma configuração muito interessante. Agora, são tantos desafios... De forma geral, a ideia é muito boa, tanto que a gente continua defendendo. O SUS está enfraquecido, mas a gente quer construir na mesma linha que o originou. Estou convencido disso até hoje. ○

## MAIS ARMAS, MENOS CRIMES?

Propostas de revogação do Estatuto do Desarmamento ganham corpo no Congresso em meio ao crescimento da criminalidade no país. Especialistas em segurança pública questionam argumentos trazidos por parlamentares e temem escalada da violência caso projetos sejam aprovados

André Antunes

Os dados são ao mesmo tempo estarrecedores e banais: 61.619 pessoas foram assassinadas no Brasil em 2016, segundo informações do 11º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) divulgados em outubro do ano passado. Nunca se matou tanto no país: são 168 homicídios por dia, sete por hora. Em nenhum país do mundo se mata mais do que no Brasil, em números absolutos: um em cada dez assassinatos cometidos no mundo acontecem em território brasileiro. Esse é o lado estarrecedor. O banal? Nada disso é novidade. O país convive há décadas com índices de violência altíssimos, maiores do que os de países em guerra civil. Ainda assim, o Estado brasileiro fez pouco para enfrentar esse quadro. É praticamente consenso entre especialistas em segurança pública que a falta de prioridade da agenda de redução dos homicídios é um problema crônico no Brasil. E eles alertam: no vácuo de políticas públicas de longo prazo ganham força propostas que, amparadas pelo pânico social criado pela escalada dos índices de violência, procuram desmontar as poucas iniciativas efetivas implementadas nos últimos anos.

Uma delas é uma lei que completa 15 anos em 2018: o Estatuto do Desarmamento. Aprovada no primeiro mandato do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, a lei impôs várias restrições ao porte de armas por civis. Entre outros requisitos, estabeleceu que os interessados em adquirir arma de fogo devem ter mais de 25 anos (anteriormente a idade mínima era de 21 anos), e precisam apresentar à Polícia Federal uma declaração que justifique a necessidade da aquisição da arma além de documentos que comprovem que o interessado possui capacidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestada por profissionais credenciados pela própria Polícia Federal. A lei também especificou na legislação penal os crimes de comércio ilegal e tráfico internacional de armas de fogo, e ampliou as penas para o porte de arma em situação irregular. Além disso, o Estatuto criou, por meio do Sistema Nacional de Armas (Sinarm), um banco de dados com as características das armas em circulação no país, permitindo que armas e munições sejam rastreadas em investigações criminais. A partir do Estatuto, o governo federal também instituiu a Campanha do Desarmamento, que previa o pagamento de indenização às pessoas que entregassem suas



armas de fogo sem registro à Polícia Federal. A campanha tirou de circulação 570 mil armas entre 2004 e 2011.

## O que propõem os parlamentares

A lei vem enfrentando resistência desde que foi concebida, no entanto. Segundo levantamento do Nexo Jornal, desde 2004 o Estatuto sofreu mais de 20 alterações em relação ao texto original. A grande maioria das alterações flexibilizou as regras para o porte de armas no país. No contexto atual, a disputa se acirrou: vários projetos que tramitam hoje no Congresso Nacional propõem simplesmente revogar o estatuto. O principal argumento de quem defende a medida é o de que a lei se mostrou ineficaz para a redução da criminalidade no país. Exemplo disso seria o próprio número de homicídios por armas de fogo, que saltou de 33.419 em 2005 para 41.817 em 2015, segundo dados do Atlas da Violência, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A taxa de homicídio no país no mesmo período cresceu 10,6%, passando de 26,1 para 28,9 homicídios para cada 100 mil habitantes. Já o número de latrocínios – roubo seguido de morte –, segundo o 11º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aumentaram 57,8% em sete anos no país, passando de 1.593 em 2010 para 2.514 em 2016.

No Senado Federal, uma das principais vozes contrárias ao Estatuto do Desarmamento é a do senador Wilder Moraes (PP-GO), autor de três projetos de lei que propõem flexibilizar a legislação sobre porte de armas de fogo, todos apresentados em 2017. Um deles é o Projeto de Decreto Legislativo 175, que defende a convocação de um plebiscito sobre a revogação do Estatuto do Desarmamento. O projeto conta com 95% de aprovação em enquete do portal e-Cidadania: já são mais de 259 mil votos favoráveis contra 12 mil contrários. Moraes também é autor do Projeto de Lei do Senado (PLS) 378, que institui o Estatuto do Armamento, que propõe facilitar a fabricação, a comercialização, a posse e o porte de armas no país. Entre outras medidas, o projeto reduz de 25 para 18 anos a idade mínima para aquisição de armas de fogo, amplia de cinco para dez anos a validade do registro e permite que as Secretarias Estaduais de Segurança Pública se responsabilizem pelos registros, o que hoje é uma atribuição da Polícia Federal. Este projeto conta com 102 mil votos favoráveis no portal e-Cidadania, contra 13 mil contrários. Por fim, há também o PLS 224, que propõe alterar o Estatuto do Desarmamento para residentes em áreas rurais de modo a permitir que menores de 21 anos possam adquirir armas de fogo. /

Nas justificativas dos projetos, um argumento em comum: um suposto fracasso do Estatuto do Desarmamento em reduzir os índices de violência. “Após mais de dez anos da promulgação do Estatuto do Desarmamento”, diz o texto que justifica a apresentação do PLS 175, “não se apresentaram quaisquer dados objetivos que apontem no sentido da redução dos índices de violência: pelo contrário, desde a entrada em vigor daquela Lei, o número total de homicídios no Brasil apresentou um aumento de 20%, atingindo a preocupante marca de 60 mil assassinatos”.

Para ele, os números representam uma falha da política de desarmamento civil, que teria se tornado “insustentável”. “Em um Estado Democrático de Direito, somente se justifica a limitação do exercício de um direito fundamental quando restar patente que essa restrição trará maiores benefícios para a coletividade”, argumenta Moraes no texto que justifica o PL, invocando uma ideia que está presente na legislação dos Estados Unidos e que vai na direção contrária ao que diz o Estatuto do Desarmamento, ou seja, a de que o porte de armas é um “direito” dos cidadãos, ao qual o Estado deve restringir acesso apenas em casos muito específicos. “O número de armas de fogo registrados nos EUA é 20 vezes maior do que o número de armas de fogo registradas no Brasil. No entanto, a taxa de homicídios no Brasil é quase quatro vezes maior do que a dos EUA”, indica a justificativa do PLS 378.

No caso do PLS 224, que reduz a idade mínima para aquisição de armas de fogo no meio rural, até as “intempéries do ambiente” são motivo para flexibilizar a legislação. A argumentação confusa, no entanto, não impediu que o projeto recebesse parecer favorável do relator Sergio Petecão (PSD-AC) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em novembro.

Na mesma linha dos projetos do Senado segue o PL 3722/2012, que tramita na Câmara dos Deputados. De autoria do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC), o projeto também propõe a revogação do Estatuto do Desarmamento sob a justificativa de que ele se mostrou “ineficaz” na redução da criminalidade. Por outro lado, o deputado defende que vários foram os efeitos adversos da lei aprovada em 2003. “O comércio de armas de fogo e munição caiu noventa por cento no país, dadas às quase intransponíveis dificuldades burocráticas que foram impostas para a aquisição desses produtos. Dos 2.400 estabelecimentos especializados registrados pela Polícia Federal no ano 2000, sobravam apenas 280 em 2008. Essa drástica redução, comemorada de forma pueril por entidades desarmamentistas, não produziu qualquer redução nos índices de homicídio no país, pela simples e óbvia constatação de que não é a arma legalizada a que comete crimes, mas a dos bandidos, para os quais a lei de nada importa”, diz o texto. Para o deputado, o aumento no número de crimes contra o patrimônio é consequência direta da política de desarmamento da população civil. “A certeza de que a vítima estará desarmada somente torna o criminoso mais ousado”, afirma o deputado em sua justificativa.

## O que dizem as pesquisas

Mas é justo colocar a culpa pelo aumento da violência no Estatuto do Desarmamento? A revogação do estatuto, por si só, deve significar uma redução da criminalidade no país? Se não, quais as outras medidas consideradas necessárias para que isso aconteça? Que dados e pesquisas subsidiam o diagnóstico contrário, de que o aumento no número de armas em circulação tem o potencial de reduzir os índices de criminalidade? Essas foram algumas das perguntas encaminhadas pela reportagem da Poli aos parlamentares, mas

até o fechamento desta edição nenhum deles havia atendido à solicitação para uma entrevista nem respondido às perguntas enviadas por email.

Para pesquisadores da área de segurança pública, os argumentos trazidos pelos parlamentares para defender a revogação do estatuto não têm fundamentação nas pesquisas sobre esse tema desenvolvidas ao longo da última década. Algumas delas, realizadas por Daniel Cerqueira, pesquisador do Ipea, têm apontado que o aumento no número de assassinatos cometidos por armas de fogo na última década no Brasil não significa que o Estatuto do Desarmamento foi ineficaz. Segundo ele, para entender o impacto da lei é preciso comparar o crescimento das taxas de homicídio antes e depois de sua entrada em vigor. Em apresentação feita em audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em 2015, o pesquisador argumentou que a aprovação do Estatuto pode ter poupado a vida de 121 mil pessoas entre 2004 e 2012. Para chegar a essa conclusão, ele comparou o crescimento nas taxas de homicídio no país, ou seja, o número de assassinatos a cada 100 mil habitantes, nos períodos anterior e posterior à aprovação da lei. Segundo ele, entre 1995 e 2003, essa taxa cresceu 21,4%. Já entre 2004 e 2012, esse crescimento foi de apenas 0,3%.

Isabel Figueiredo, pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, utiliza esses dados para concluir que o estatuto foi, sim, uma política de sucesso. “É claro que é mais fácil eu entender o sucesso dela quando eu estou com 50 mil homicídios e no ano seguinte cai para 45 mil. Aí não tem discussão. Agora, quando eu estou com 50 mil e a tendência era que eu estivesse no próximo ano com 53 mil e eu aumento só pra 51 mil, isso é um fator de sucesso também. Essa é uma coisa que acho que as pessoas não conseguem direito pegar: a gente estaria numa situação muito mais séria se o estatuto não existisse”, ressalta.

Cerqueira traz ainda outros dados que atestariam a eficácia do Estatuto na redução dos homicídios. Segundo ele, embora sua aplicação não tenha se

dado de maneira uniforme pelo país, nos estados que tiveram maior redução no número de homicídios nos anos 2000 – São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro – houve também maior redução na difusão de armas de fogo. Já nos três estados com maior aumento na taxa de homicídio no período – Pará, Maranhão e Bahia – não houve redução na difusão dessas armas. A relação entre a quantidade de armas de fogo e as taxas de homicídios foi objeto ainda de um estudo elaborado pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea. A pesquisa apontou que a taxa média de homicídios entre as 20 microrregiões do país com mais armas de fogo em 2010 chegava a 53,3 a cada 100 mil habitantes; já nas 20 microrregiões com menos armas de fogo, a taxa média de homicídio é consideravelmente menor: 7,2 homicídios para cada 100 mil habitantes.

Por fim, em sua tese de doutorado apresentada em 2011 à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Cerqueira concluiu que 1% a mais de armas nas cidades faz aumentar a taxa de homicídio em 2%, mas não tem efeito para dissuadir os crimes com motivação econômica, como roubos e furtos. Os resultados obtidos por Cerqueira são compatíveis com os do maior estudo feito nos Estados Unidos sobre a relação entre armas e crimes, publicado no *American Journal of Public Health* em 2013, que concluíram que um aumento de 1% na proporção de domicílios onde há pelo menos uma arma implica um crescimento de 0,9% na taxa de homicídio por armas de fogo.

“A experiência norteamericana é um amplo e dramático desastre”, afirma o sociólogo e ex-deputado federal Marcos Rolim, que ressalta que graças à ideia de um ‘direito às armas’, o acesso se tornou tão facilitado lá que, em alguns estados, é possível comprar armas semiautomáticas até em supermercados. “O resultado dessa política irresponsável comprada pelo *lobby* das armas são centenas de eventos a cada ano de atiradores disparando contra aglomerações em todo o país”, aponta Rolim, destacando um dos efeitos indesejado do aumento do número de armas em circulação. Nos Estados Unidos, onde existem hoje 270 milhões de armas de fogo nas mãos da população civil, pouco menos do que uma por habitante, são cada vez mais comuns eventos como o massacre ocorrido em Las Vegas em outubro, quando um homem de 64 anos abriu fogo contra uma multidão durante um festival de música country, matando 58 pessoas e ferindo mais de 500. “Os americanos empregam a expressão ‘*mass shootings*’ para esse tipo de evento. Eles consideram *mass shooting* todo evento de disparos aleatórios que tenha produzido pelo menos quatro vítimas, entre mortos e feridos, sem contar o atirador. Apenas este ano [2017] já ocorreram 397 casos desse tipo”, aponta. Foi um massacre como esse – o de Columbine, em 1999 – que segundo a Polícia Civil teria inspirado o estudante de Goiás que em outubro abriu fogo contra colegas de sala, matando dois e ferindo

Campanha do Desarmamento iniciada após a aprovação do Estatuto retirou de circulação 570 mil armas até 2011, que foram destruídas pelo Exército.



do quatro. Filho de policiais militares, o adolescente pegou a arma escondido dos pais. “No caso do Brasil, importar a experiência americana tende a produzir uma tragédia muito maior”, ressalta Rolim.

Já de acordo com Isabel Figueiredo, uma análise um pouco mais aprofundada sobre a relação entre armas e violência nos Estados Unidos traz elementos para fazer cair por terra a comparação feita pelo senador Wilder Morais, que na justificativa do PLS 378 traça uma relação direta entre o maior número de armas em circulação nos Estados Unidos e a menor taxa de homicídios registradas lá em comparação com o Brasil. “As coisas não são tão simples assim”, reitera, destacando que a legislação sobre armas no sistema federativo norteamericano é de competência estadual. “A lei federal vai falar que todo mundo pode portar, mas os estados lidam com isso de jeitos completamente diferentes. Juntar tudo em um mesmo ‘balaio’ é um jeito deturpado de ler os dados”, completa. Isabel cita um relatório de 2014 elaborado pelo *Law Center to Prevent Gun Violence*, centro que promove a prevenção da violência causada por armas de fogo no país. Nele, a organização identificou que nos estados onde há menos controle sobre armas, como Lousiana, Kentucky, Mississippi e Arizona, o número de mortes per capita causado por armas de fogo é até cinco vezes maior do que estados onde a legislação sobre armas é mais rígida, como Nova York, Califórnia, Nova Jersey e Massachusetts. Um outro levantamento da mesma organização apontou que, dos 600 mil suicídios ocorridos nos Estados Unidos desde 2000 – entre eles 20 mil menores de idade – 50% foram cometidos com armas de fogo. “Suicídios em geral são atos impulsivos utilizando quaisquer métodos disponíveis naquele momento. 48% das pessoas se ferem no espaço de 10 minutos após decidirem se suicidar. 71% o fazem dentro de uma hora”, diz o levantamento, que também traz conclusões similares às encontradas com relação aos homicídios: entre os estados, quanto menor for o controle sobre a circulação de armas de fogo, maiores são as taxas de suicídio registradas.

A ideia de que o porte de arma de fogo oferece à vítima de um crime melhor condições de defesa, argumento comum entre os que defendem a revogação do Estatuto do Desarmamento, também carece de sustentação, segundo Marcos Rolim. “Todas as pesquisas disponíveis a respeito de ocorrências em que vítimas reagiram com armas mostram exatamente o contrário”, diz Rolim, citando como exemplo uma pesquisa realizada em 2009 pelo Instituto de Estudos da Religião

(Iser), no Rio de Janeiro. O estudo, que examinou 3.394 registros policiais de roubos, concluiu que reagir a um assalto com uma arma aumentava em 180 vezes as chances de morte da vítima e em 57 vezes as chances de ela ser gravemente ferida. “Um detalhe importante: nesse estudo, mais da metade das vítimas que reagiram eram policiais, vale dizer, profissionais treinados no uso de armas de fogo”, destaca. A mesma pesquisa traz ainda um dado que contribui para desconstruir o argumento usado pelo deputado federal Rogério Mendonça na justificativa de seu projeto de lei, o de que não são as armas legalizadas que são usadas para cometer crimes, e sim a dos bandidos. Em muitos casos, não é possível

fazer essa distinção: o estudo do Iser constatou que 30% das 77.527 armas apreendidas com criminosos no Rio de Janeiro haviam sido obtidas no mercado formal e depois roubadas.

Delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Orlando Zaccone acredita que o alto número de policiais militares mortos no estado em 2017, número que até o início de dezembro chegava a 126, é um indicativo de que portar uma arma não traz mais segurança. “Esses policiais têm sido mortos, muitas vezes, principalmente por estarem portando uma arma. O assaltante vai querer se antecipar para não sofrer uma reação por conta daquele que está armado”, argumenta Zaccone, para quem a presença da arma de fogo tem o potencial de tornar situações cotidianas mais tensas, ampliando o risco de que uma disputa que poderia ser resolvida de maneira pacífica se torne violenta e potencialmente letal. “Recentemente a gente teve um caso aqui no Rio de um policial militar que se deparou com uma briga de casal em um ponto de ônibus, entrevistou e acabou atirando e matando o rapaz, sem que ele estivesse armado nem nada. Um erro de percepção”, diz Zaccone. E completa: “Se isso existe entre policiais, imagina em relação a particulares. Ainda mais com essa tensão e com esse medo que hoje circunda o ambiente social. Nós vamos ter uma quantidade imensa de homicídios que vão ser praticados mediante uma precipitação”.

## Impasses

O Brasil precisa de menos pesquisa em segurança e mais armamento. Foi assim que o então Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, hoje no STF, resumiu, em agosto de 2016, as prioridades na área de segurança pública do governo, que à época ainda era interino. O Ministério vinha sendo pressionado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que em julho daquele ano havia emitido um acórdão solicitando que o governo federal enviasse em 60 dias um plano de ação para implantação do Pacto Nacional de Redução de Homicídios, anunciado pelo Ministério da Justiça em 2015, quando o titular da pasta era



José Eduardo Cardozo. A resposta oficial do MJ ao TCU, no entanto, foi a de que o Pacto, que estabelecia a meta de reduzir os homicídios no país em 5% anualmente, “não diz respeito às ações deste governo”. O caso é emblemático de problemas apontados por especialistas em segurança pública como os maiores desafios para a redução dos homicídios no país: falta prioridade para essa agenda, e falta também capacidade de articulação entre as diferentes esferas de governo para implementação de políticas de longo prazo voltadas para prevenir e também solucionar os homicídios que são registrados todos os anos. “Toda política de segurança séria deve começar por um diagnóstico a partir de evidências e pela definição de prioridades. A redução das taxas de homicídio deveria ser a mais importante dessas prioridades em um país com as taxas que temos, mas não é e nunca foi. Os diferentes governos brasileiros nunca focaram sua atenção nesse tema”, destaca Marcos Rolim.

Isabel Figueiredo cita como um dos principais problemas a falta de um arranjo federativo que diga, por exemplo, quais são as atribuições de cada ente federado e quanto cada um deve investir na segurança pública. “Na educação e na saúde temos um desenho constitucional de sistemas, que vão dizer exatamente o nível de atribuição de cada ente da federação, trazendo também informações sobre o financiamento, com vinculações orçamentárias, que é uma coisa importantíssima. No SUS, por exemplo, tem uma série de instâncias que, bem ou mal, asseguram essa política pública. No caso da segurança pública não tem”, afirma Isabel. Uma das consequências desse quadro é a variação ao longo dos anos nos recursos destinados para o Fundo Nacional de Segurança Pública, criado em 2001 no âmbito do Ministério da Justiça para apoiar projetos nessa área e prevenção à violência nos estados e municípios. Sem nenhum tipo de vinculação orçamentária, o valor do Fundo caiu de R\$ 187 milhões em 2005 para R\$ 143 milhões em 2015. “Como é possí-



Protesto na Câmara dos Deputados em 2015 contra proposta de revogação do Estatuto do Desarmamento.

vel fazer uma política de segurança pública se a cada ano você pode ter orçamento ou não? Esse é um problema grave”, aponta Isabel. Historicamente, a maior parte dos recursos do fundo vem sendo destinada para a compra de equipamentos para as polícias.

A escassez de recursos é apontada por Isabel como um problema para o trabalho de investigação conduzido pela Polícia Civil. A situação é especialmente complicada atualmente, com vários estados em situação de crise fiscal adotando políticas de contingenciamento de recursos. “Em São Paulo há denúncias de que o contingente hoje é menor do que era há 20 anos atrás. Aqui no Distrito Federal o contingente hoje da Polícia Civil é menor do que no início do século. No Ceará é a mesma coisa”, enumera a pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. “Sucatear a Polícia Civil significa ir contra a investigação policial. Mesmo que eu tenha a melhor política sobre armas do país, não adianta nada se eu tiver uma polícia que não está dando conta de investigar de onde estão vindo as armas do crime. Isso é coisa que investigação resolve, mas se não tem o braço da política pública responsável por investigar conseguindo trabalhar, fica difícil”, ressalta.

### O que funciona

Mas o que seria uma política de segurança pública eficaz para a redução dos homicídios e da criminalidade violenta? Para Isabel, ela deve ter como foco invariavelmente a prevenção da violência. “Aí entra o policiamento comunitário, as políticas de criar oportunidade de emprego e renda para jovens, criação de espaços e oportunidades de convivência, projetos de cultura e esportes, até políticas mais focadas como, por exemplo, trabalhar com os meninos que estão saindo do sistema socioeducativo e sistema carcerário. Essas pessoas saem do sistema hoje sem terem passado por nenhum tipo de qualificação ou cuidado lá dentro e são jogadas de novo na rua sem nada para os acolher. Elas vão voltar para o crime”, opina a pesquisadora.

Apesar dos problemas que afetam o planejamento de políticas de segurança pública no país, o Brasil possui algumas experiências bem sucedidas de redução dos homicídios implementadas nos níveis municipal e estadual que, não por acaso, adotaram medidas de prevenção da violência como as enumeradas por Isabel.

O Atlas da Violência 2017 do Ipea cita como exemplo o caso do programa ‘Pacto pela Vida’, implementado em Pernambuco no governo de Eduardo Campos. O programa foi uma tentativa de elaborar uma política de segurança pública sob um paradigma diferente, com base em valores que orientaram sua construção: articulação entre segurança pública e direitos humanos; compatibilização da repressão qualificada com a prevenção específica do crime e da violência; transversalidade e integralidade das ações de segurança pública; incorporação em todos os níveis da política de segurança de mecanismos de gestão, monitoramento e avaliação; participação e controle social desde a formulação das estratégias à execução da política. Na esteira da implementação do programa, o estado reduziu em 36% a taxa de homicídio entre 2007 e 2013. “O que Pernambuco fez? Unificação territorial da Polícia Civil e da Polícia Militar, porque, normalmente, uma área de um batalhão não corresponde a uma área de um distrito, e para gerir, o território fica confuso; fez um sistema de metas e de controle externo dessas metas, e investiu também em capacitar as polícias para o cumprimento das metas”, enumera Isabel Figueiredo. Desde 2013, no entanto, a taxa de homicídios no estado voltou a subir, passando de 33,9 a cada 100 mil habitantes em 2013 para 41,2 em 2015. Para Isabel, o caso de Pernambuco exemplifica o problema da fragilidade das políticas de segurança pública, que em geral dependem da vontade política dos gestores. “Falta uma política de Estado mesmo, que de alguma forma sobreviva a essas mudanças. É muito ruim um projeto que dependa fundamentalmente da liderança do gestor porque política pública não é de curto prazo”, lamenta.

No nível municipal, um exemplo de política eficaz na redução dos homicídios frequentemente citada na literatura é o de Canoas, no Rio Grande do Sul. Inspirada em políticas de sucesso na redução da criminalidade violenta adotadas em cidades como Nova Iorque, Bogotá, e em estados como Pernambuco, a cidade implantou um programa que reduziu o número de homicídios em 22% entre 2009 e 2016, na contramão dos números apresentados pelo estado como um todo, que registrou um aumento de 65% nos homicídios no mesmo período. “Canoas é uma experiência interessante porque é articulada a partir do município, que é quem aciona o estado e eles, em conjunto, vão desenhar um pacote de medidas de prevenção, que é a parte que cabe mais ao município, que não tem polícia propriamente dita”, explica Isabel. Com esse objetivo, o município criou um Sistema Municipal de Prevenção à Violência, por meio do qual foram criados mecanismos para monitorar situações de violência nas escolas. Também foram criados programas para o monitoramento e atendimento de jovens que apresentassem comportamentos considerados de risco para



violência, como evasão escolar e abuso sexual. Foram criadas ainda as Casas da Juventude, para atendimento a jovens em conflito com a lei, e as Casas de Cidadania, para atender egressos do sistema prisional e suas famílias, bem como um serviço municipal para reabilitação de homens autores de violência contra mulheres, entre outras iniciativas.

A cidade de Diadema, na Grande São Paulo, é outro exemplo citado por Marcos Rolim. O município, que em 1999, tinha a maior taxa de homicídios do estado, com 102,8 assassinatos para cada 100 mil habitantes, identificou que o consumo de álcool era um fator de risco com peso grande nos homicídios cometidos na cidade, e havia um grande número de casos registrados em ou próximos a bares, entre as 23h e 4h da manhã. “Com base nisso Diadema implantou medidas como o controle sobre a venda de bebidas alcoólicas com horários obrigatórios para o fechamento de bares, o que reduziu significativamente o número de homicídios”, explica Rolim. Em 2011, a taxa de homicídio na cidade havia caído para 9,52 para cada 100 mil habitantes, uma redução de 90%. “Na América Latina, o que ocorreu na Colômbia segue sendo uma referência fundamental. Por conta de políticas públicas inteligentes que investiram na prevenção, cidades como Bogotá e Medellín, que já estiveram entre as mais violentas do mundo, são hoje bem mais seguras que a maioria das capitais brasileiras”, conclui Rolim.

### Entre consensos e ‘achismos’

Como ressalta Isabel Figueiredo, são vários os exemplos de políticas eficazes no combate à violência, e nenhum deles trouxe como proposta o armamento da população civil. Segundo ela, existem hoje consensos sobre o que funciona para a redução da violência. “Existem temas na segurança que são bastante polêmicos, mas há muitos temas importantes que têm consenso, da Polícia à academia, passando pelo gestor. Uma delas é a necessidade de construção de um arranjo federativo. É sobre os consensos que o Congresso deveria estar trabalhando”, diz Isabel. E complementa: “Do ponto de vista do desarmamento, o Estatuto é ótimo. A gente estaria no caos absoluto se ele não existisse. Mas falta um ‘conjunto da obra’ para efetivá-lo como parte de uma política de segurança pública decente. Temos que andar para frente, e não retroceder com base em ‘achismos’”. ○



# Um *Ajuste* **IN** Justo

## ***Banco Mundial e suas recomendações injustas***

Sob encomenda do governo federal, o documento é uma reforço para aprovação das contrarreformas iniciadas no Brasil

Ana Paula Evangelista

**L**ançado no fim de novembro sob o título ‘Um Ajuste Justo - Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil’, um relatório elaborado pelos economistas do Grupo Banco Mundial analisa oito áreas do gasto público no Brasil, e afirma que ‘o governo brasileiro gasta mais que pode e, além disso, gasta mal’. O trabalho identifica ainda possíveis reformas que poderiam tornar os gastos públicos mais eficazes, eficientes e equitativos. “Em termos gerais, os diagnósticos e as prescrições não surpreendem. A tese de que o Estado brasileiro gasta mais do que pode, e mal, não é de hoje. O que surpreende é o grau de articulação entre os diferentes ajustes setoriais — em saúde, educação, funcionalismo público, e sua subordinação a um ajuste fiscal muito duro e prolongado”, afirma o historiador João Márcio Pereira, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Autor de pesquisas e publicações com foco nas estratégias do Banco Mundial, João afirma que o real objetivo do relatório é definir qual é a natureza, a profundidade e a duração do ajuste econômico, detalhando o quê e onde cortar em matéria de orçamento público. “Trata-se de uma peça a ser utilizada pelo governo federal e por entidades empresariais e financeiras da sociedade civil na disputa em torno de qual ajuste deve ser feito e sobre quais setores e grupos sociais incidirá”, resume.

O relatório foi encomendado no segundo governo de Dilma Rousseff, pelo então ministro da Fazenda Joaquim Levy, e segue uma tendência mundial. “É normal autoridades governamentais fazerem esse tipo de solicitação, com o fim de respaldar suas próprias opções políticas e, assim, vencer a oposição interna a

medidas impopulares. Por outro lado, o Banco costuma dizer que trabalha apenas quando demandado pelos Estados clientes, o que é absolutamente falso”, explica João Márcio. Para ele, o tema é interessante e remete ao tipo de relação existente entre o Banco e os Estados clientes. “Parte considerável da esquerda vê essa relação como mera imposição unilateral, como se os Estados fossem ‘vítimas’ do Banco. Porém, a realidade é bem mais complexa do que isso. Na verdade, a atuação do Banco combina permanentemente coerção e persuasão, operando em escala internacional e nacional”, argumenta.

A cerimônia oficial de lançamento do relatório ocorreu em 21, de novembro na sede do Ministério da Fazenda, onde o representante do Banco Mundial, Martin Raiser, foi recebido pelos atuais ministros da Fazenda e do Planejamento do governo Temer, Henrique Meirelles e Dyogo de Oliveira. Essa relação amistosa fica evidente até mesmo na lista de agradecimentos do documento, que contém uma extensa fila de nomes e de pessoas envolvidas com as altas esferas do governo. “Esse documento é um caso emblemático da capacidade que o Banco tem de produzir evidências. O Banco teve acesso a dados do Tesouro brasileiro, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento e de outros órgãos públicos a que ninguém jamais teria acesso”, afirma Marcela Pronko, pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Para ela, o relatório indica que o Brasil deve se adaptar ao seu lugar subordinado na divisão internacional do trabalho e, para isso, precisa abrir mercado, ganhar competitividade e fazer o chamado ajuste fiscal. “Esse documento vem em um momento crucial para o governo Temer, e indica também que há uma permeabilidade de interesses entre as colocações que o Banco faz e a necessidade de sustentação política do próprio governo. Esse relatório se transforma, assim, em mais uma peça do convencimento que o governo está tentando desenvolver para o conjunto da população”, alega Marcela.

Segundo João Márcio, para entender as recomendações desse relatório é necessário levar em conta três aspectos. Primeiro, que a relação do Banco com os países clientes não se limita ao governo e às agências estatais, mas envolve também organizações da sociedade civil. Segundo, que os Estados clientes não são iguais em capacidade de negociação. Países pobres altamente endividados, cujos governos disponham de pouca margem de manobra, terão uma relação com o Banco, e com o Fundo Monetário Internacional (FMI), diferente de países como China, Brasil ou Rússia. E terceiro: o Banco não é um mero prestador de recursos, mas sim um ator político, intelectual e financeiro, que combina a concessão de empréstimos com assistência técnica para definição e desenho de políticas públicas, farta produção intelectual e liderança política em matéria de políticas globais de desenvolvimento. “A atuação do Banco Mundial não se dá no vazio, mas sim em meio a uma densa rede de relações que envolvem agentes nacionais e internacionais públicos, privados, não governamentais, filantrópicos e empresariais. Tais agentes, com meios e níveis de influência

distintos, apoiam, propõem, adaptam, negociam e veiculam as ideias e prescrições do Banco Mundial”, explica. Para o professor, existe uma sintonia entre a pauta de contrarreformas do governo Temer e a agenda política do Banco Mundial. Isso evidencia que as prescrições do relatório não são exclusivas do Banco. Há setores políticos e econômicos do país interessados em demolir direitos sociais, econômicos e trabalhistas arduamente conquistados nas últimas décadas. “Sem um intenso trabalho de persuasão, combinado com desinformação sistemática, manipulação de evidências e desqualificação de propostas contrárias, esse tipo de agenda não seria implantada por governos eleitos democraticamente. Por outro lado, temos visto cotidianamente que não devemos subestimar jamais a vontade e a capacidade da classe dominante brasileira, e seus representantes políticos, de pilharem o Estado e a maioria da população, produzindo maldades contra o povo”, ressalta João Márcio.

Para João Márcio, fica evidente que o Brasil é mais importante para o Banco Mundial do que o inverso, já que em termos financeiros, o país não precisa de empréstimos do Banco. Ainda assim, historicamente, está entre os cinco maiores clientes da instituição. Por quê? Isso mostra que a atuação do Banco é muito mais vasta do que a mera atividade financeira. “Por exemplo, o Banco tem uma atividade intensa e capilarizada no âmbito da reforma da administração pública brasileira, inclusive porque se relaciona direto com estados e municípios, e não apenas com a União. Evidentemente, para o Banco, o fato de o governo federal acolher suas prescrições e traduzi-las em políticas públicas é muito importante, servindo como vitrine para a sua replicação pelo mundo afora”, argumenta João Márcio.

## O que propõe o Banco Mundial

O relatório feito especialmente para o Brasil traz recomendações para os seguintes tópicos: sustentabilidade e tendências fiscais; análise comparativa internacional da massa salarial do setor público; potencial de economias nas compras públicas; revisão do sistema previdenciário brasileiro em um contexto internacional e níveis de gastos com programas de apoio ao mercado do trabalho e assistência social, do setor de saúde, da educação e com políticas de apoio à empresa.

Segundo João Márcio, a escolha desses tópicos reflete a agenda do Banco Mundial com os Estados clientes, que se concentra na liberalização das economias nacionais, na privatização do patrimônio público e dos serviços públicos em geral e na promoção de ajustes macroeconômicos e fiscais que, invariavelmente, incidem negativamente sobre a ampla maioria da população, privilegiando os setores mais abastados da sociedade, em particular o capital financeiro. “Ocorre que tudo isso vem revestido de uma ideia particular de justiça, centrada no combate focalizado à pobreza. Resumidamente, quem pode pagar por serviços públicos deve pagar, e quem ainda não pode pagar deve dispor de programas sociais focalizados”, conclui. Para ele, num país como

o Brasil, onde a exploração da força de trabalho sempre foi desmedida, milhões trabalham na informalidade, o salário mínimo é baixo e a estrutura tributária é profundamente injusta, essa agenda apela à ideia de combate à pobreza para, exatamente, tentar legitimar o rebaixamento de direitos sociais e trabalhistas. Nessa lógica, exemplifica, quem ganha três salários mínimos e tem carteira assinada é visto como privilegiado. Em suma, resume, esse relatório se transforma em mais uma peça do convencimento para as propostas que o governo está tentando desenvolver para educação, saúde e previdência.

## Efeitos sobre a educação

Em matéria de educação, o item de maior destaque é a defesa aberta do fim da gratuidade no ensino público superior, combinada com a não reposição de professores e o congelamento salarial dos profissionais da educação. “A rigor, isso não é novidade na história do Banco Mundial nas últimas décadas. O que surpreende, além da falta de pudor, é o grau de articulação entre essas medidas, antes advogadas de forma mais ou menos soltas”, afirma João Márcio. A recomendação funcionaria da seguinte forma: o ensino superior passaria a adotar um sistema semelhante ao Programa de Financiamento Estudantil (Fies) nas universidades públicas, com o fim da gratuidade e a criação de bolsas para quem não pode pagar.

A proposta está escorada nos dados de que a grande maioria dos brasileiros matriculados no ensino superior estudam em universidades privadas. O Banco aponta que em 2015, dos aproximadamente oito milhões de estudantes universitários, apenas cerca de dois milhões estavam em universidades públicas. E essa ‘pequena’ minoria tenderia a ser de famílias mais ricas que frequentaram escolas primárias e secundárias privadas. No entanto, no artigo ‘Banco Mundial: ajuste regressivo e antidemocrático’, publicado pelo Correio da Cidadania, o pesquisador Roberto Leher, reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), diz que essa afirmação é falsa. “Conforme o IV Levantamento do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras, exaustivo estudo do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), 60% dos estudantes das Federais cursaram os três anos do ensino médio em instituições públicas (ingressantes a partir de 2013: 64,5%)”, afirma o texto.

Ainda assim, o gasto por estudante nas universidades públicas no Brasil é consideravelmente mais alto do que em outros países com PIB per capita similar, segundo o documento. Em números, um estudante de universidade pública no Brasil custa de duas a três vezes mais que os alunos de universidades privadas. Entre 2013 e 2015, o custo médio anual por estudante em universidades privadas sem e com fins lucrativos foi de aproximadamente R\$ 12.600 e R\$ 14.850, respectivamente, de acordo com o relatório. Em universidades federais, a média foi de R\$ 40.900 e nas universidades públi-



Martin Raiser, Henrique Meirelles e Dyogo de Oliveira no lançamento do relatório

cas estaduais, o custo é de aproximadamente R\$ 32.200. “A limitação do financiamento a cada universidade com base no número de estudantes geraria uma economia de aproximadamente 0,3% do PIB”. E ainda afirma que “além disso, embora os estudantes de universidades federais não paguem por sua educação, mais de 65% deles pertencem aos 40% mais ricos da população”. Em seu artigo, Leher aponta impropriedades nessa análise. “A comparação não se aplica. Não é recomendável o uso de analogias em ciência. Aproximadamente um terço do orçamento das Federais corresponde ao pagamento de aposentados e pensionistas; os hospitais universitários representam um custo que pode chegar a mais de 15% do orçamento; a grande maioria dos professores possui dedicação exclusiva, pois, diferente da quase totalidade das organizações privadas, são pagos para realizar pesquisas e, além das atividades de graduação, para orientar na pós-graduação e realizar extensão. Ademais, as universidades públicas possuem sofisticada infraestrutura de pesquisa. Somente os gastos com energia podem alcançar 20% das verbas de custeio. Muitas universidades são novas e estão construindo suas instalações. Se as universidades Federais atuassem apenas no ensino, o custo-aluno não seria diferente do custo das privadas; se isso ocorresse, não seriam universidades”.

Já para a educação básica, o Banco Mundial considera que as despesas públicas com ensino fundamental e médio apresentam ineficiências significativas, e o mesmo nível de serviços poderia ser prestado gastando 1% a menos do PIB em nível local. Além disso, a vinculação constitucional dos gastos em educação a 25% das receitas dos municípios seria uma das principais causas da ineficiência dos gastos. Nesse caso, a recomendação básica seria reduzir o número de professores. “Educação de qualidade não é uma questão matemática, o que eles analisam é simplesmente a relação do número de alunos por professor”, observa Marcela Pronko. Além disso, a pesquisadora também ressalta que todas as recomendações relacionadas à política de educação estão orientadas pelos interesses de mercado: de forma direta, a partir da privatização das universidades públicas, ou de forma indireta, através, por exemplo, da sugestão de contratar sistemas de ensino privados para as escolas de ensino fundamental e médio do país afora.

## Fazer o mesmo com menos

Para a saúde, também não há nenhuma surpresa. Segundo o relatório, cerca de 0,3% do PIB do setor saúde poderia ser economizado através de melhorias de eficiência em nível local, mantendo o mesmo nível de serviços de saúde, e mais 0,3% com o fim dos créditos tributários do imposto de renda para despesas privadas com saúde. O que isso significa de fato? Desengessar tanto as despesas quanto as receitas, de maneira a poder atender de forma flexível as prioridades feitas pelo governo, apostando que a melhor saída é um sistema de saúde que se restrinja a uma atenção básica, e o resto, quem puder, compra no mercado. Mais especificamente, isso exigiria a redução do número de hospitais de pequeno porte, o que representaria 80% dos hospitais brasileiros. “Opções por tratamentos muito caros, muito experimentais, tudo isso sairá de cena, a menos que a pessoa tenha recursos para arcar com os gastos decorrentes”, lamenta Marcela.

O Banco Mundial também orienta a contenção de gastos com medicamentos. Para isso, seria necessário limitar os processos de aquisição e frear as liberações de medicamentos que são adquiridos por pacientes que entram com ações judiciais. “Está muito claro que há uma blindagem dos altíssimos ganhos que o setor financeiro nacional e internacional, aliás, nacional internacionalizado, obtém a partir de elementos que não são questionados no relatório”, analisa Marcela. Para a pesquisadora, o documento tem como objetivo ajustar a base da pirâmide social. “Se a gente pensava que estava numa trajetória de demolição de direitos, este relatório vem no sentido de passar o rolo compressor. Acaba com tudo, é o exterminador de direitos”, denuncia.

## Funcionalismo público na mira

Marcela destaca como grande novidade do relatório, a centralidade do ataque ao funcionalismo público, também coerente com a política em curso no Brasil. Segundo o documento, “embora somente 12% das despesas primárias do governo federal sejam destinadas à folha de pagamento, a massa salarial agregada do setor público em todos os níveis de governo é muito alta para padrões internacionais. Os altos níveis de gastos são impulsionados pelos altos salários dos servidores públicos, e não pelo número excessivo de servidores. Isso se verifica principalmente na esfera federal, onde os salários são significativamente mais altos que aqueles pagos a trabalhadores em funções semelhantes no setor privado”. “É um estudo feito sob medida para patrocinar a agenda regressiva da reforma da previdência e justificar o calote ao reajuste aos servidores”, resume Antonio Lassance, pesquisador da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Segundo o relatório, um “alinhamento dos salários iniciais aos pagos pelo setor privado e a introdução de um sistema mais meritocrático de aumentos salariais reduziriam os custos e aumentariam a produtividade no setor público”.

O texto afirma ainda que os altos salários recebidos colocam os servidores federais no topo da pirâmide de renda nacional, o que contribui para aumentar a desigualdade no Brasil. Também traz elementos numéricos que justificariam a necessidade de enxugar a massa de funcionários públicos no país. Segundo o relatório, os salários do setor público brasileiro subiram de 11,6% do PIB em 2006 para 13,1% do PIB em 2015, superando até Portugal e França, que registram massas salariais mais altas que o Brasil há uma década. Também faz uma comparação com o Chile, que gastou somente 6,4% do PIB em salários do funcionalismo público em 2015. No entanto, para Lassance, a grande intenção do documento é promover o que chama de “a dieta do choque fiscalista regressivo”. “O erro é fazer uma comparação dos salários dos servidores federais sem comparar com a massa salarial dos servidores estaduais e municipais. Eles não entram nessa seara”, argumenta o pesquisador. Para ele, outro ponto incoerente são as inúmeras comparações “estapafúrdias”. “Desde quando países como Austrália, Chile e mesmo Portugal e França servem de contrafactuais ao Brasil? Países com PIB e renda per capita muito altos e populações bem menores que as do Brasil não podem ser tomados como ‘benchmarks’ (processo de comparação de produtos, serviços e práticas)”, questiona.

O relatório também caracteriza os servidores públicos no Brasil como privilegiados por ganharem, na média, 70% a mais (R\$ 44 mil por ano) do que os trabalhadores do setor privado (R\$ 26 mil por ano), considerando o mesmo nível de escolaridade. Para João Márcio, essa é mais uma das considerações indevidas, pois compara universos sociais quantitativa e qualitativamente distintos. “Basta saber que R\$ 44 mil por ano equivalem a R\$ 3.600 por mês. Desde quando um salário desses pode ser considerado ‘excessivo’? Em nome da equidade e do combate à pobreza, esse tipo de comparação mal feita e enviesada serve a um propósito claro: rebaixar a remuneração média do funcionalismo público”, aponta.

Lassance, no entanto, concorda com a avaliação do relatório, de que, comparado com países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o número de servidores do Brasil é mais baixo embora a massa salarial seja alta. “O Brasil, de fato, tem uma massa salarial alta se comparada a países da OCDE, e isso é preocupante. E isso está relacionado, sobretudo em âmbito federal, com essas categorias que são super bem remuneradas, que deveriam ser objeto de um tratamento específico, ou seja, membros do poder judiciário, membros do Tribunal de Contas, membros do Ministério Público e titulares de cartório”, analisa.

O relatório indica situações ‘aberrantes’ de algumas carreiras – a principal delas, a de titular de cartório –, mas isso não tem como consequência uma proposta específica, apenas a orientação genérica de congelar salários e promover a reforma da previdência. “O titular de cartório é a categoria mais bem remunerada do serviço público. Tem alguma proposta específica no relatório sobre o que fazer com eles?”

Membros do Ministério Público e poder judiciário claramente são super bem remunerados e, de fato, têm valor aberrante até numa comparação internacional. Tem alguma proposta do Banco em relação a isso? Não, o Banco sequer fala da importância do cumprimento do teto salarial dos servidores. E são essas categorias justamente que extrapolam esses valores mínimos razoáveis e decentes, porque extrapolam o teto constitucional”, afirma Lassance. De fato, nenhuma linha sobre teto salarial é feita, a não ser pra limitar rendimentos do Bolsa Família.

E tem mais. Segundo o documento, ‘a reforma do funcionalismo público deve promover a racionalização da remuneração, a priorização do planejamento estratégico da força de trabalho, a reforma do sistema de carreiras e a seleção com base em competências’. Em suma, isso significa a redução gradativa do número de funcionários públicos. Uma estratégia seria a redução dos salários iniciais de todos os novos funcionários, seguida pela redução gradual dos níveis de remuneração. “Uma análise demográfica dos servidores públicos atuais indica que a economia poderia crescer rapidamente, pois muitos devem se aposentar na próxima década, já que 38% têm mais de 50 anos. Essa medida deveria ser acompanhada pela introdução de um sistema de avaliação de desempenho mais rigoroso e um bônus por desempenho mais alto. A vantagem dessa abordagem é que ela poderia criar incentivos para o desempenho à medida que os servidores mais jovens buscassem uma promoção”, aponta trecho do texto.

O Banco propõe o congelamento de todos os salários do setor público até que os níveis estivessem compatíveis com as referências internacionais e com o setor privado. Por exemplo, a restrição dos aumentos dos salários nominais reduziria o montante salarial os servidores públicos federais pela metade até 2021, o que resultaria em uma economia anual de 0,9% do PIB, que representaria R\$ 53 bilhões. A manutenção dos salários a nível constante em termos reais reduziria esse montante pela metade até 2029. Essas medidas, segundo o documento, ajudariam a reduzir a desigualdade social. Isso porque, com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2015), o relatório destaca que 54% dos servidores públicos (em todos os níveis administrativos) encontram-se no nível superior da distribuição de renda nacional, e 77% estão entre os 40% mais ricos. Os servidores públicos federais têm uma renda particularmente alta: dois terços encontram-se no nível superior da distribuição de renda, 83% estão entre os 20% mais ricos, e quase todos (94%), entre os 40% mais ricos.

Lassance afirma que as comparações são absurdas e não têm relação com as estatísticas. “É como se você tivesse uma gripe, fosse ao médico e o médico receitasse o mesmo remédio que ele receita para alguém que tem tuberculose ou infecção intestinal”, ironiza. Nesse caso, os remédios são congelar a contratação de servidores, congelar salários, postergar e rever reajustes salariais dos servidores. “É um relatório mal feito, a impressão é de que foi terminado às pressas para cumprir agenda. Não especifica a metodologia de muitos de seus cálculos, tem premissas incorretas, erros factuais, uma abordagem meramente fiscalista e apenas na variável gasto, e não receita. Traz conclusões genéricas e algumas grosseiras e ausência de diretrizes de política de pessoal”, afirma Lassance.

### Na esteira da reforma da previdência

Numa espantosa semelhança com a política do governo brasileira, o relatório defende que, para concretizar essas recomendações, é preciso acionar uma ferramenta muito poderosa: a reforma da previdência. Segundo o relatório, a reforma imporá custos de ajuste mais altos aos trabalhadores mais ricos e tornaria, assim, o sistema mais equitativo. Nesse caso, defende que a parte mais injusta da previdência brasileira é o sistema previdenciário dos servidores públicos (Regime Próprio de Previdência Social – RPPS), que oferece aposentadorias extremamente generosas, principalmente para os que ingressaram antes da reforma de 2003. Ainda segundo o documento, o RPPS federal já apresenta um déficit

de 1,2% do PIB. Além disso, os déficits dos RPPSs subnacionais devem subir drasticamente nos próximos anos, levando muitos estados à beira da falência. “Os altos subsídios embutidos nas aposentadorias dos servidores públicos são altamente injustos, pois eles fazem parte do grupo mais rico da população. Portanto, os servidores devem contribuir para a reforma por motivos de equidade e sustentabilidade. O conceito de direitos adquiridos precisa ser revisto”, diz o documento. Marcela Pronko é categórica: “São argumentos e recomendações burras e de gabinete”.

Lassance também discorda da avaliação do Banco. “A reforma aplica um torniquete sobre essa camada intermediária, que é a classe média, que no relatório Banco Mundial é chamada de elite, os ricos do país. E qualquer pessoa sabe que a elite, os ricos do país, não são servidores públicos. Quando a gente fala de servidores, está falando de professores, médicos, profissionais da segurança pública... Essas são as categorias que compõem o grosso do que a gente chama de servidor público”, afirma Lassance. Nesse sentido, diz, uma reforma da previdência contra o servidor público, na verdade, não é uma reforma contra os ricos, mas contra o setor da classe média, sobretudo, a classe média baixa. Segundo o pesquisador, o relatório aponta inúmeros “outliers” – valor aberrante ou atípico- para justificar suas recomendações. E ele alerta que esses dados merecem ser avaliados com muito cuidado uma vez que boa parte do estudo do Banco Mundial não é feita com informações próprias. Para o pesquisador, o relatório, nesse sentido, presta um desserviço à discussão sobre o serviço público, com desinformação e comparações absurdas. Ele conclui: “É uma corrida para o fundo do poço, um achatamento geral dos benefícios para se igualar ao setor privado não porque o setor privado seja bem remunerado, mas justamente porque é mais baixo. É simplesmente uma lógica fiscalista, que eu chamei de ‘dieta de choque fiscalista regressivo’, que torna a situação do país ainda mais desigual do que deveria ser”. O



A semana que antecedeu à entrada em vigor das novas regras instituídas pela Reforma Trabalhista foi marcada por uma corrida à Justiça do Trabalho. Em pelo menos cinco tribunais do país, o volume de processos ficou acima da média entre os dias 1º e 10 de novembro de 2017 – o texto passou a valer dia 11. No Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro, 10.740 ações foram ajuizadas apenas no dia 10, quase a metade da média mensal. Bahia, Espírito Santo, Goiás e Santa Catarina também registraram alta no número de novos processos, segundo dados compilados pela Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra). A pressa em entrar com as ações expressa uma tentativa de garantir que elas sejam julgadas pelas regras antigas, já que a reforma estipula que a parte perdedora terá que pagar as custas do processo. A estreia das novas regras, inclusive, já foi marcada pela decisão de um juiz de Ilhéus, na Bahia, que determinou que um trabalhador pagasse os custos de um processo que perdeu. Não há dúvidas de que, de fato, a Justiça do Trabalho está no centro da nova reforma.

### Histórico

Criada em 1946 como ramo independente do poder judiciário brasileiro, a Justiça do Trabalho tem como principal finalidade reduzir os conflitos relacionados ao mundo do trabalho. Sua origem administrativa vem das comissões de conciliação do início do século 20, com a criação, em 1922, dos chamados Tribunais Rurais. No ano seguinte, surgiu a primeira iniciativa de âmbito federal, quando foi instituído o Conselho Nacional do Trabalho. Porém, somente após a Revolução de 1930, medidas mais efetivas foram tomadas para implantar uma Justiça do Trabalho com um papel mais abrangente.

Centralizando a condução de sua política modernizante da economia nacional em torno do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (criado em 1930), Getúlio Vargas deu os primeiros passos decisivos para a construção de uma legislação social trabalhista e de uma instância do poder público própria à solução dos conflitos entre patrões e empregados. Nesse período, que vai até 1943, foi elaborada toda a estrutura da Justiça e da legislação do trabalho. Em maio de 1932, foram criadas as Comissões Mistas de Conciliação, de funções ainda meramente conciliatórias, seguidas pelas Juntas de Conciliação e Julgamento, instituídas em novembro do mesmo ano. A Constituição de 1934 deu um passo decisivo ao estabelecer finalmente, em seu artigo 122, a criação da Justiça do Trabalho. Era preciso regulamentá-la, e isso aconteceu em 1941. Em 1943, na edição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pelo Decreto-Lei nº 5.452, a Justiça do Trabalho ainda funcionava como uma justiça administrativa, vinculada ao poder Executivo. “Só mais tarde, na Constituição de 1946, a Justiça do Trabalho se torna órgão jurisdicional, do poder Judiciário”, explica Roberto Fragale, Professor Titular em Sociologia Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF) e juiz do Trabalho.

Após a Constituição Federal de 1988, a Justiça do Trabalho, que lidava com conflitos pensando nas figuras tradicionais do empregado e do empregador, ampliou essa lógica centrada no contrato. “Esse movimento coincide com o fato de que a Constituição, de maneira inédita, passa a contemplar os direitos sociais trabalhistas como direitos fundamentais”, lembra a vice-presidente da Anamatra, Noemia Porto. Esse processo culmina com a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, chamada de reforma do Poder Judiciário. “Passou-se a falar da competência da Justiça do Trabalho para acidentes de trabalho, para conflitos

sindicais, enfim, pensar que essa competência especializada para diminuir conflitos sociais ficaria em torno das relações de trabalho, não só das relações de emprego”, afirma Noemia.

### Instâncias

A porta de entrada dos processos trabalhistas é a 1ª instância, que abriga o maior número de juizes do trabalho. Essa é a parte da magistratura que realiza muitas audiências e atende mais diretamente o público – trabalhador, a empresa, os advogados. “A justiça que o cidadão mais acessa, e talvez a única que ele vai ver mais concretamente, é o primeiro grau, porque é onde quase 60% dos processos trabalhistas começam e terminam”, observa Noemia.

Já os 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRT) são compostos por desembargadores e representam a 2ª instância. “Quem quiser recurso acesse esses tribunais para que seja feita uma reanálise das provas”, esclarece a vice-presidente da Anamatra.

Já o terceiro grau da Justiça do Trabalho é uma espécie de instância extraordinária trabalhista, composta por 27 ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Eles analisam recursos especiais com critérios muito específicos, quando há necessidade de discutir a uniformização de jurisprudência nacional ou uma eventual violação à Constituição. “A partir daí, como cúpula do poder judiciário brasileiro – não só da Justiça do Trabalho, mas do judiciário total -, nós temos o Supremo Tribunal Federal que, de fato, julga algumas causas trabalhistas, aquelas que ele, Supremo, considera transcendent”, explica Noemia.

### Efetividade

De acordo com um estudo realizado pelo pesquisador André Campos, do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), a partir dos dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apenas 2% das queixas na Justiça do Trabalho são procedentes e estão liga-

das a verbas rescisórias. “Cerca de quatro milhões de processos dão entrada a cada ano na Justiça do Trabalho e a ampla maioria deles são reclamações individuais. Somam-se a isso mais dois milhões que ficam de resíduo, que a Justiça do Trabalho não consegue julgar do ano anterior. E esse número cresce a cada ano”, afirma Campos. A vice-presidente da Anamatra, no entanto, contesta esse percentual. Ela explica que esses números se devem à peculiaridade da Justiça do Trabalho, que analisa vários pedidos em uma só causa. Isso significa que uma única ação trabalhista pode ter várias demandas – como férias, décimo terceiro, adicional de insalubridade, verba rescisória, indenização por perdas e danos -, mas não necessariamente o trabalhador terá ganho integral de todos os pedidos. E esse resultado de 2% a que o pesquisador do Ipea chega, segundo Noemia, diz respeito apenas às causas em que o trabalhador ganha tudo que pediu. “Num processo em que nós temos acúmulo de pedidos, é comum que, havendo procedência, ela seja uma procedência parcial”, argumenta.

Outra crítica trazida pela pesquisa de Campos diz respeito à relação custo-benefício para o Estado. Utilizando dados de 2015, ele mostra que o valor médio pedido em cada reclamação individual na Justiça do Trabalho era de R\$ 4.494,56. O custo dessa ação para o Tesouro, segundo o estudo, ficava em R\$ 4.092, enquanto a arrecadação que ela gerava para a União – por meio de crédito previdenciário, verba previdenciária ou crédito do imposto de renda, por exemplo – era de R\$ 722. A vice-presidente da Anamatra, no entanto, considera um equívoco um cálculo que, na sua avaliação, mede serviços de natureza pública sob uma lógica de mercado privado. “É muito difícil trabalhar sob essa perspectiva. A justiça estadual também é cara, a Justiça Federal é cara, a Polícia Federal é cara, os fiscais são caros, o sistema de saúde é caro, a educação pública é cara. A Justiça do Trabalho é cara, mas o que se deve levar em consideração é o grau de maior ou menor de satisfação de uma prestação jurisdicional justa e o mais célere que se conseguir”, defende Noemia.

Outros dados do CNJ também ajudam a desmistificar algumas impressões sobre a Justiça do Trabalho. Primeiro, sobre o que seria um “excesso” de ações trabalhistas no Brasil. De acordo com os números, ela recebe cerca de 14% dos processos no país. “Chega à Justiça apenas uma parte das situações de descumprimento das obrigações. Veja que nessa questão das contas inativas do FGTS, a Procuradoria da Fazenda Nacional divulgou que cerca de 7 milhões de trabalhadores não tiveram depositados os valores nas suas contas. Se todos eles fossem buscar esse direito na Justiça, já seriam 7 milhões de ações. Mas o problema não estaria nas ações e sim nas empresas que não recolheram”, explicou Paulo Joarês, coordenador nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho do Ministério Público do Trabalho (Conafret/MPT), em entrevista ao Portal EPSJV em junho de 2017. E lamentou: “Ao invés de combater o descumprimento da lei, procura-se evitar que a pessoa que foi lesada busque a Justiça para ser reparado seu prejuízo”.

Os mesmos dados mostram que, em relação ao número de ações, a Justiça do Trabalho pode ser considerada a mais rápida do país. Enquanto na Justiça de maneira geral a média de processos não solucionados ao ano é de 73%, na Justiça do Trabalho esse índice é de 6,8%. Além disso, é a Justiça que mais concretiza conciliações: apenas no primeiro semestre de 2016, foram mais de 500 mil acordos, o que representou 38% do total de soluções.

Para Campos, os dados da sua pesquisa revelam a necessidade de se rediscutir o papel da Justiça do Trabalho no sistema de relações laborais, alertando para tempo e custo. A saída, na sua avaliação, é revalorizar o papel tanto dos

sindicatos dos trabalhadores quanto de organizações por local de trabalho, como comitês de empresas, comissões de fábrica – instâncias, que segundo o pesquisador, existem em vários lugares do mundo. “Essas organizações têm uma função muito importante de mitigar conflitos no próprio local de trabalho, impedir que esse conflito tenha que ser resolvido por um custo absurdo”, explica Campos, lamentando que a reforma trabalhista brasileira esteja propondo a redução do papel dessas representações. Fragale, no entanto, questiona esse caminho. “Quando eu introduzo a discussão sobre mecanismos alternativos de conflito, começo a abrir o meu debate sobre quem mais pode dizer o direito além do juiz e essa medida parece caminhar, de uma forma quase inevitável, para a exaustão de quem recorre à Justiça do Trabalho”, indaga.

Noemia Porto lembra que o Brasil já teve essa experiência, sem sucesso. Segundo ela, a Lei 9.958, de 2000, acrescentou e alterou artigos à CLT, instituindo as Comissões de Conciliação Prévia, permitindo a execução de título extrajudicial na Justiça do Trabalho. “Imaginava-se que, com instâncias conciliatórias prévias, se diminuiria o grau de litigiosidade no campo do trabalho. Essa foi uma experiência absolutamente mal sucedida por causa dos abusos cometidos, que não favoreceram nem trabalhadores nem empregadores”, destaca. Posteriormente, o STF declarou inconstitucional a obrigatoriedade dessas instituições que, aos poucos, foram sendo esvaziadas. “Leis infraconstitucionais no Brasil não podem condicionar o acesso à justiça a instâncias prévias conciliatórias, porque a Constituição garante o acesso universal ao poder judiciário”, defende. O

## Linha do tempo do combate à fome

**1918** Fim da 1ª Guerra Mundial: surge o termo “segurança alimentar”, a partir da preocupação de que o controle sobre fornecimento de alimentos pudesse ser usado como forma de dominação entre países

**1932** Entra em cena Josué de Castro. Seus estudos mostraram que a dieta alimentar de famílias operárias de Recife era pobre em calorias, vitaminas e sais minerais e custava mais de 70% do valor do salário

**1938** O decreto-lei 399 estabeleceu no Brasil uma “ração essencial mínima” com quantidade e qualidade suficiente para atender às necessidades nutricionais de um adulto

**1945** Foi fundada a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

**1946** Josué de Castro lança o clássico ‘Geografia da Fome’, o primeiro mapa da fome no Brasil.

**1957** Foi fundada a Associação Mundial de Luta contra a Fome, presidida por Josué de Castro

**1972** Foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan), extinto em 1997, no governo Fernando Henrique Cardoso.

**1991** A Câmara dos Deputados instaura a CPI da Fome, para investigar irregularidades em planos anteriores ligados ao tema

**1993** Sob a liderança de Betinho, foi criada a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. No mesmo ano, foi instituído o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), extinto em 1995 e recriado em 2003

**1994** Acontece a 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar

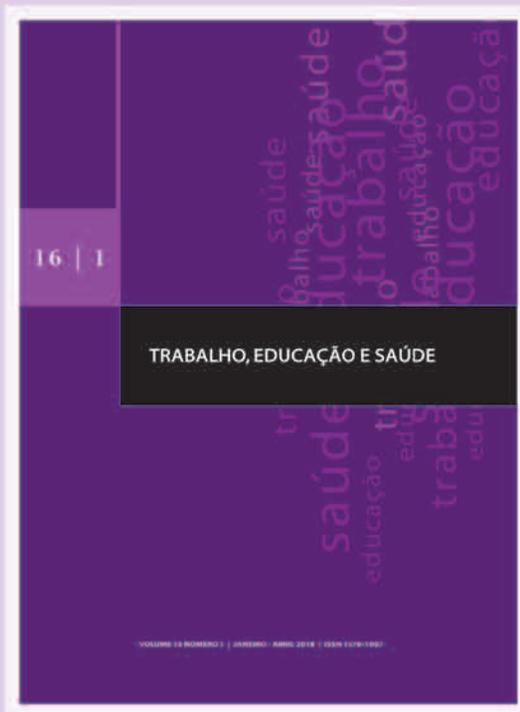
**2001** Foi lançado o Programa Fome Zero

**2004** Foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que em 2016 foi extinto pelo governo Michel Temer

**2014** A FAO anunciou que, pela primeira vez, o Brasil saiu do Mapa da Fome

**2017** A FAO anuncia que, entre 2015 e 2016, em função de conflitos armados e da crise econômica, a fome voltou a crescer no mundo

Fonte: ‘Combate à Fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula’  
Francisco Vasconcellos - UFSC



# TRABALHO EDUCAÇÃO SAÚDE

Através do diálogo entre os três eixos que formam o título, o periódico científico editado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz busca contribuir para a consolidação da produção científica na área de Educação Profissional em Saúde.

**Trabalho, Educação e Saúde  
está em acesso livre nos sites:**

[www.scielo.br/tes](http://www.scielo.br/tes)

[www.revista.epsjv.fiocruz.br](http://www.revista.epsjv.fiocruz.br)

**Também se encontra  
disponível no Portal de  
Periódicos da Fiocruz:**

[www.periodicos.fiocruz.br](http://www.periodicos.fiocruz.br)

**Informações:**

**Tel.:** (21) 3865-9850

**E-mail:** [revtes@fiocruz.br](mailto:revtes@fiocruz.br)



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE  
JOAQUIM VENÂNCIO



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz

**VOLUME 16 NÚMERO 1 | JANEIRO-ABRIL 2018**

## EDITORIAL

**Ciência aberta, dados abertos: desafio e oportunidade**

Paula Xavier dos Santos e Paulo Guanaes

## ENSAIO

**Individualidade moderna como particularidade**

Elcemir Paço Cunha

## ARTIGOS

**Ciências sociais em saúde, educação médica e a concepção intervencionista e colonial da prática médica**

Rafael Afonso da Silva, Juan Carlos Aneiros Fernandez, Nelson Filice de Barros e Juliana Luporini do Nascimento

**Gestão do trabalho em saúde: sentidos e usos da expressão no contexto histórico brasileiro**

Dirce Laplaca Viana, Cleide Lavieri Martins e Paulo Frazão

**O ensino médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho**

Ramon de Oliveira

**Educação continuada ou permanente em saúde? Análise da produção da Organização Pan-Americana de Saúde**

Felipe de Oliveira Lopes Cavalcanti e Francini Lube Guizardi

**Mediação entre a escola e o mundo do trabalho na formação de técnicos de nível médio**

José dos Santos Souza

**Interdisciplinaridade e interprofissionalidade na Estratégia Saúde da Família**

Danyelle Nóbrega de Farias, Kátia Suelly Queiroz Silva Ribeiro, Ulisses Umbelino dos Anjos e Geraldo Eduardo Guedes de Brito

**O cotidiano de trabalho do agente comunitário de saúde: entre a dificuldade e a potência**

Deise Lisboa Riquinho, Tainã Vianna Pellini, Deise Taurino Ramos, Maicon Rodrigues Silveira e Vilma Constância Fioravante dos Santos

**A tessitura dos encontros da rede de atenção psicossocial**

Loiva dos Santos Leite, Kátia Bones Rocha e Lilliane Maria dos Santos

**O apoio matricial em saúde mental no SUS de Belo Horizonte: perspectiva dos trabalhadores**

Natália Freitas Dantas e Izabel Christina Friche Passos

**Trabalho e saúde de docentes de universidade pública: o ponto de vista sindical**

Andréa Maria dos Santos Rodrigues e Kátia Reis de Souza

**Situações de desequilíbrio entre esforço-recompensa e transtornos mentais comuns em trabalhadores da atenção básica de saúde**

Ana Maria Neta de Oliveira e Tânia Maria de Araújo

**A 'extravagância' de trabalhar doente: o corpo no trabalho em indivíduos com diagnóstico de LER/DORT**

Alana Pires Dale e Maria Dionísia do Amaral Dias

**Análise da prevalência da síndrome de burnout em profissionais da atenção primária em saúde**

Amanda de Souza Lima, Beatriz Francisco Farah e Maria Teresa Bustamante-Teixeira

**Inserção profissional dos egressos de um curso de Educação Física com ênfase na formação em saúde**

Luana de Oliveira Candido, Rosana Aparecida Salvador Rossit e Rogério Cruz de Oliveira

**Internato de enfermagem: conquistas e desafios na formação do enfermeiro**

Simone Domingues Garcia, Marli Terezinha Oliveira Vannuchi, Mara Lucia Garanhani e Mara Regina Lemes De Sordi

**A educação a distância no contexto da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa: estudo de egressos**

Kellem Raquel Brandão de Oliveira Torres, Vera Lucia Luiza e Mônica Rodrigues Campos

**Bibliotecas para formação de técnicos em saúde nos países africanos de língua portuguesa: um diagnóstico**

Anderson Leonardo de Azevedo

## RESENHAS

**A economia desumana: porque mata a austeridade.** David Stuckler e Sanjay Basu. 1. edição. Editorial Bizâncio: Lisboa, 2014, 302p.

Raphael Mendonça Guimarães

**A procura de um mundo melhor: apontamentos sobre o cinismo em saúde.** Luis David Castiel, Caco Xavier e Danielle Ribeiro de Moraes. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016, 400p.  
Francisco Romão Ferreira